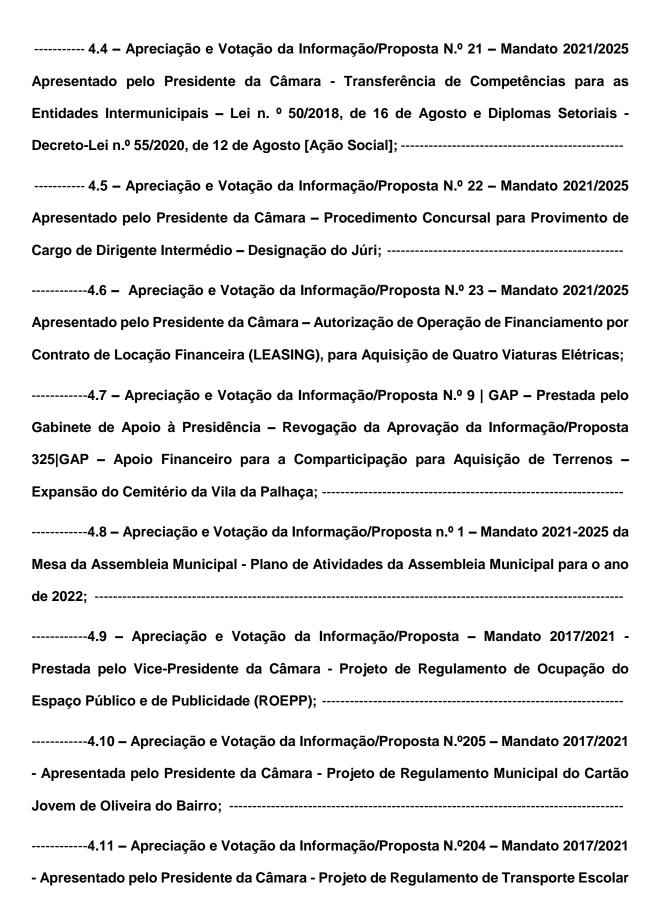


ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM QUINZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.-----

Aos quinze dias do mês de novembro, do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório
Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal,
com a seguinte Ordem de Trabalhos:
1 - INÍCIO DOS TRABALHOS
2 - EXPEDIENTE
3 - INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO
4 - ORDEM DO DIA
4.1 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 24 – Mandato 2021/2025
Apresentado pelo Presidente da Câmara 2.ª Alteração Modificativa às Grandes Opções do
Plano e 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2021;
4.2 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 25 – Mandato 2021/2025
Apresentado pelo Presidente da Câmara - Proposta para Autorização Prévia para a
Assunção de Compromissos Plurianuais (LCPA) - Contratação do Fornecimento de
Eletricidade em Regime de Mercado Livre, ao Abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade –
AQ 8/2001, Realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região
de Aveiro;
4.3 - Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 16 - Mandato 2021/2025
Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as
Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n. º 50/2018, de 16 de Agosto
e Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social] – Deliberação nos termos e para
os efeitos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de Agosto;



do Município de Oliveira do Bairro;
4.12 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 203 – Mandato 2017/2021
- Apresentado pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento Municipal de
Atribuição de Apoios e Benefícios aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro;
4.13 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um substituto também
Presidente de Junta, como representante das Juntas de Freguesia, para efeitos de
inscrição como delegados nos Congressos da A.N.M.P.;
4.14 – Nomeação de representante para integrar o Conselho da Comunidade do
ACeS Baixo Vouga, nos termos do artigo 31.º do Decreto-Lei nº 253/2012, 27 de novembro;
4.15 – Eleição dos Membros para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIRA,
nos termos do artº 83º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
4.16 - Eleição de represente(s) das Freguesias para integrar(em) a Comissão
Municipal de Defesa da Floresta;
4.17 – Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético
Municipal, nos termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157º do Decreto-Lei nº
202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação;
4.40. Elejeão de um Bracidante de Junto de Françacio novo intervor a Concelho
4.18 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho
Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da
Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da
Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, na redação dada
Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto;
Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto;

4.21 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 18 – Mandato 2021/2025
- Imposto Municipal de Imóveis - IMI;
4.22 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025
- Participação de 3,75% no I.R.S.;
4.23 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 20 – Mandato 2021/2025
- Taxa Municipal de Direitos de Passagem - T.M.D.P.;
4.24 - Apreciação e Análise da informação do Auditor Externo relativa ao 1.º
semestre de 2021
Os trabalhos foram presididos por CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA e
secretariados por ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL e ELISABETE
RESTE REI
igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo
Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, José Carlos
Pereira de Almeida Soares, Clara Maria de Jesus Oliveira e Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo.
Eram dezanove horas, quando foi declarada aberta a Sessão
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – após ter dirigido os seus cumprimentos a todos os presentes, informou que iria dar
início aos Trabalhos da presente Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, por si
convocada, nos termos do número 1 do artigo 27.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro
conjugado com o número 1 do artigo 22.º do Regimento da Assembleia Municipal, e que , fruto
da cedência do Salão Nobre, para efeitos de instalação provisória do Tribunal de Menores,
enquanto decorrem as obras de requalificação e ampliação da Casa Verde, as sessões da
Assembleia Municipal se Irão realizar de forma descentralizada por todas as freguesias do
Município



No que respeita ao ponto 1 - INÍCIO DOS TRABALHOS o Presidente da Mesa da
Assembleia Municipal, deu o uso da palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia
Municipal, André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel, a fim de se verificar as presenças dos
Membros da Assembleia Municipal
Efetuada que foi a chamada verificaram-se a ausência do Membro Armando Humberto
Moreira Nolasco Pinto, que será substituído pelo Membro Acácio Almeida Oliveira
Deu nota que chegaria mais tarde aos trabalhos da presente reunião o Membro da
Assembleia Almerinda Nogueira Belchior e o Membro Acácio Almeida Oliveira.
FERREIRA –
No que respeita ao ponto 2 - EXPEDIENTE, o Presidente da Mesa da Assembleia
Municipal, informou ter sido recebida correspondência de variados tipos e de diferentes
entidades, entre eles vários convites, que se encontravam arquivados e disponíveis para consulta
dos Membros da Assembleia que assim o entendessem, passando a dar nota da mesma de
forma sucinta, dando ênfase aos seguintes documentos:
esclarecimentos sobre a tomada de posse e alguma legislação;
Comunicação da Junta da União de Freguesias, Bustos, Troviscal e Mamarrosa acerca
da tomada de posse;
Correspondência diversa entre representantes dos grupos municipais, Membros da
Assembleia e representantes da Comissão Permanente;
Troca de correspondência com o Sr. Presidente da Câmara a solicitar alguns
esclarecimentos;
representantes, um efetivo e outro suplente;



Correspondência da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das
Crianças e Jovens a esclarecer quanto à eleição, e indicação do elemento da Assembleia
Municipal;
Convite para o 18º Aniversário do Conservatório de Música da Bairrada, no dia 21 de
novembro, onde esteve presente; convite para o Magusto do Núcleo de Oliveira do Bairro, da
Liga dos Combatentes, no dia 3 de novembro, onde esteve presente e a celebração do Dia do
Armistício a 11 de Novembro, onde também a Assembleia esteve presente;
E um convite da União Desportiva e Cultural e Recreativa do Silveiro que é um
espetáculo de dança que se irá realizar, no dia 5 de dezembro
De seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: 3 -
INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO
FERREIRA - deu conhecimento da existência de uma única inscrição por parte do público, dando
imediato o uso da palavra ao mesmo, relembrando que dispunha de cinco minutos para a sua
intervenção, nos termos do Regimento em vigor;
Deu nota da chegada do Membro da Assembleia Acácio Almeida Oliveira
MANUEL ALBERTO DA SILVA FERREIRA residente na Freguesia da Palhaça – dirigiu
os seus cumprimentos a todos os presentes
Informou que as primeiras palavras eram dirigidas às Vereadoras Lilia Ana Águas e
Susana Martins
Para a Vereadora Lilia Ana Águas, duas notas, uma para enaltecer o modo como
decorreu a Feira da Idade Maior, 6 de 7 de novembro, ficando os séniores a ganhar, e com mais
honra em pertencer ao concelho. Foi com muito gosto, ter a hipótese de participar ativamente na
feira, integrando a equipa que é campeã nacional de Walking Football, no jogo que lá ocorreu e

que teve muita assistência
Fazendo referência à sessão de Câmara de 28 de outubro, revelou que foi com muito
gosto que viu a manutenção do transporte dos idosos para apanhar a terceira dose da vacina e
o protocolo de acordo com a ANF, que permitiu ajudar no custo das vacinas da gripe
Dirigindo-se, também à Vereadora Susana e de seguida a toda a Câmara Municipal,
congratulou o reconhecimento pelos seus votos de louvor aos atletas do concelho no
Campeonato do Mundo de Pesca e no Campeonato Europeu de Juniores, bem como o apoio
atribuído para obras na sede do Núcleo de Combatentes de Oliveira do Bairro
Questionou os membros do executivo sobre o ponto de situação do interesse
manifestado, pela Universidade de Aveiro, em instalar ou criar um curso superior, ligado à
informática, no concelho de Oliveira do Bairro
Concluída a sua intervenção, questionou o Vice-Presidente da Câmara sobre o que
estava a ser feito, relativamente ao subsídio de vinte mil euros atribuídos para o combate às
infestantes ervas das pampas no concelho
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – deu nota da chegada do Membro da Assembleia Almerinda Nogueira Belchior
Concluída a intervenção, foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara.
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> -
cumprimentou todos os presentes e esclareceu o motivo do seu atraso, uma vez que tinha sido
convocada uma reunião de urgência com o senhor Secretário do Estado do Desporto,
representante regional no âmbito do controlo da pandemia COVID, com o objetivo de lhe ser
dado a conhecer o ponto de situação sobre o conjunto de medidas e ações que os Municípios
têm estado a tomar
Relativamente à questão colocada no âmbito do curso universitário de informática,
esclareceu que o Município se encontrava a aguardar diligências finais por parte da universidade
para entrar em funcionamento



No que diz respeito ao processo de erradicação de erva das pampas, informou que a
primeira ação tomada pelo Município foi intervir nos terrenos que estavam sobre a alçada de
gestão e propriedade do Município, no entanto, alertou que esta ação se deveria estender a
outros Municípios, de modo a combater o problema de uma forma adequada e erradicar uma
praga maléfica para o ecossistema
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – deu nota da chegada do Membro da Assembleia Miriam Zulay Pereira Ferreira e
do Vereador Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo
Deu nota que gostaria de efetuar alguns esclarecimentos sobre o funcionamento da
Assembleia Municipal antes de dar inicio ao ultimo período da Ordem do Dia, começando por
explicitar que os cumprimentos iniciais protocolares institucionais de cada membro da
Assembleia e da Câmara Municipal não iriam contar para os tempos previstos de cada
intervenção, desde que não houvesse qualquer referência a comentários favoráveis ou
desfavoráveis, elogiosos ou depreciativos
Informou que a mesa iria, em cada intervenção de qualquer membro, alertar através de
um toque sonoro que já utilizou metade do seu tempo, sendo o segundo toque para alertar que
falta apenas 1 minuto para concluir a intervenção e o terceiro toque para concluir a intervenção.
Relativamente ao número de pontos previstos para o período da ordem do dia, esclareceu
que a sessão foi agendada em articulação institucional com a Câmara Municipal, a Mesa e a
Comissão Permanente, de forma a garantir a solidariedade, cooperação e respeito institucional
entre os dois órgãos
JOSÉ HENRIQUE COTRIM LARANJEIRA – dirigiu os seus cumprimentos a todos os
presentes
Iniciou a sua intervenção, dando nota que o motivo pelo qual foi solicitado um ponto de
ordem à mesa relacionou-se com o facto de, segundo o Regimento da Assembleia Municipal de
Oliveira do Bairro, nomeadamente, no artigo 29.º- A da Secção II, "a transmissão áudio/vídeo das



intervenções dos membros da Assembleia e Câmara Municipal só poderá ocorrer após prévio consentimento explícito dos mesmos nos termos da lei em vigor aplicável." -----------Explicitou aos presentes que nenhum membro da sua bancada tinha sito consultado para prestar o consentimento da transmissão e solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que agisse em conformidade, de modo a que, futuramente, não existisse qualquer problema face ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. -----------Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA – Com base na intervenção anterior, questionou aos Membros da Assembleia se os próprios se opunham à transmissão da Assembleia Municipal através das Redes Sociais. ------------ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – Após dirigir os seus cumprimentos a todos os presentes, referiu que, enquanto líder de bancada, não se opunha à transmissão da Assembleia nas redes sociais e que, na primeira sessão solene de instalação dos órgãos autárquicos não tinha sido levantada qualquer questão sobre o assunto. ---------------------------------- Salientou, ainda, que o PSD se encontrava disponível para ajudar a trabalhar e melhorar o próprio Regimento no sentido de estabelecer mais meios para melhor transmitir a mensagem dos membros da Assembleia Municipal. ------------ ANA RITA FERREIRA DE JESUS – Começou por referir que deixaria os cumprimentos protocolares para mais tarde e esclareceu que a Bancada do CDS também não se opunha à transmissão online, contudo referiu que deveria existir uma declaração inequívoca e explícita de cada membro, perante o direito de transmissão de imagem e de som. --------------------- ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA - Referiu, também, que deixaria os cumprimentos protocolares para a sua intervenção seguinte e manifestou que a posição da bancada do PS se baseava no cumprimento da lei, nomeadamente a lei da proteção de dados, e que, nesse seguimento, a sua bancada não se opunha e estava de acordo a que as sessões da Assembleia Municipal fossem transmitidas para divulgação de tudo aquilo que se passa durante as mesmas.

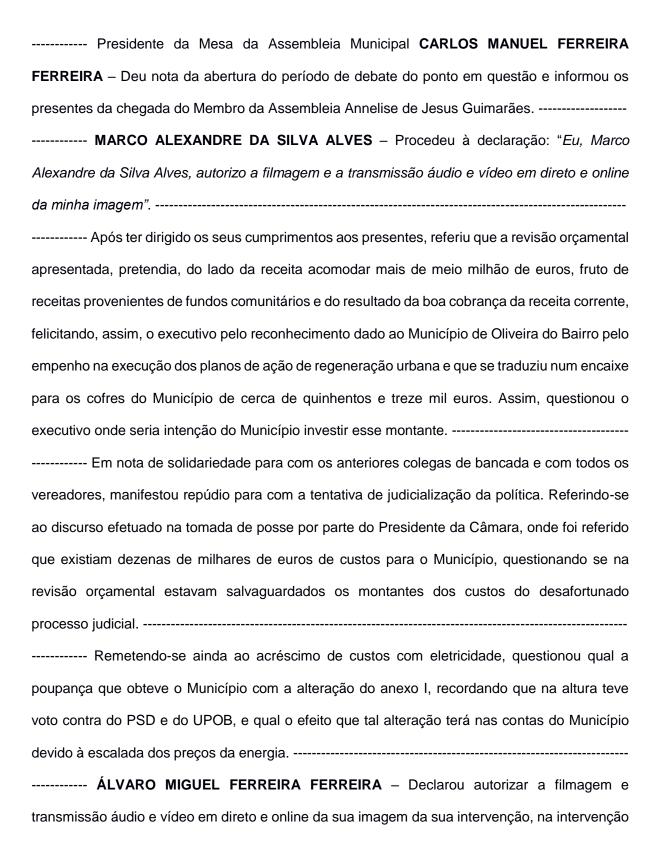


Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – deu nota da chegada do Membro da Assembleia João Diogo Vitória
Relativamente à questão da declaração de autorização da transmissão da Assembleia
Municipal nas redes sociais e uma vez que o documento para ser assinado por cada membro
ainda não estava em posse de ser utilizado, sugeriu dar por concluída a reunião e convocar,
posteriormente, uma nova Assembleia
Após uma breve pausa para reflexão sobre o assunto entre os membros da Comissão
Permanente e a Mesa da Assembleia Municipal, informou os presentes, que foi decidido que,
antes de todas as intervenções, os membros da Assembleia teriam de proferir a declaração
oralmente, autorizando a filmagem e transmissão de áudio vídeo em direto e online, declaração
esta que seria deixada junto ao púlpito
Informou também que, no dia seguinte, os serviços iriam solicitar a declaração, por escrito
a cada um dos membros efetivos da Assembleia Municipal
Nesse sentido, questionou os presentes se alguém se opunha
Uma vez que nenhum membro se manifestou, entrando no ponto 4 - ORDEM DO DIA,
deu-se início ao ponto <b>4.1 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 24 - Mandato</b>
2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara 2.ª Alteração Modificativa às Grandes
Opções do Plano e 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2021, sendo dado o uso da
palavra ao senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o documento;
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> – Iniciou a
apresentação, dando nota que a grande base para a revisão orçamental se encontrava no facto
de o Município ter por força a execução, mas também de ter tido mais apoio a fundo perdido no
projeto da Fernando Peixinho
Recordou os presentes de que o Município contraiu financiamento junto do Banco
Europeu de Investimento sendo que esse financiamento, face às regras que são instituídas
quando está coadjuvado com o projeto que é financiado, tem que ser contrabalançado com o



valor que é financiado e com valor que não é financiado. Reportando-se ao projeto da Fernando Peixinho que acabou por ser financiado num valor superior a um milhão de euros, referiu que esse facto acabou por reduzir a parte não financiada e, consequentemente, reduziu também o valor que seria disponibilizado pelo Banco Europeu de Investimento. ------------------------------------ Explicitou que o Banco Europeu de Investimento tinha disponibilizado duas de três tranches solicitadas pelo Município e essa segunda tranche já tinha ultrapassado o valor estipulado, de acordo com as regras, valor esse que terá de ser agora parte devolvido e que se trata de uma solução possibilitada através da revisão orçamental. --------------------------------------- Por outro lado, referiu que outro motivo para a apresentação do documento é a inclusão da Estratégia Local de Habitação, e que embora há data da elaboração da revisão orçamental ainda não se soubesse que os Municípios que tivessem essa estratégia elaborada teriam 100% de financiamento, o contrabalanço da parte da receita não se encontrava previsto no documento, uma vez que é estimado que apenas venha a acontecer no ano seguinte. ---------------------- No que diz respeito à despesa, abordou a questão do custo da energia que começava a preocupar o Município, uma vez que a previsão foi feita para um período temporal de 5 anos e não se previu um acréscimo tão grande a acontecer, nomeadamente para o mês seguinte de dezembro e para o próximo ano de 2022. ------------- Salientou que, relativamente à cobrança da receita, muitas vezes existiam valores de IMI e de IMT a devolver, relacionados com benefícios ficais ou por razões mais dispersas, motivo pelo qual se tinha procedido a um ajustamento técnico no que toca a receitas. ------------------- Informou, também, estar incluído na revisão orçamental, parte do prémio das PARUS ------ Relativamente à transmissão da Assembleia Municipal nas redes sociais, afirmou autorizar tanto a imagem como a divulgação sonora e encorajou todos os presentes a fazer o mesmo, nos moldes em que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal entendesse mais conveniente. ---





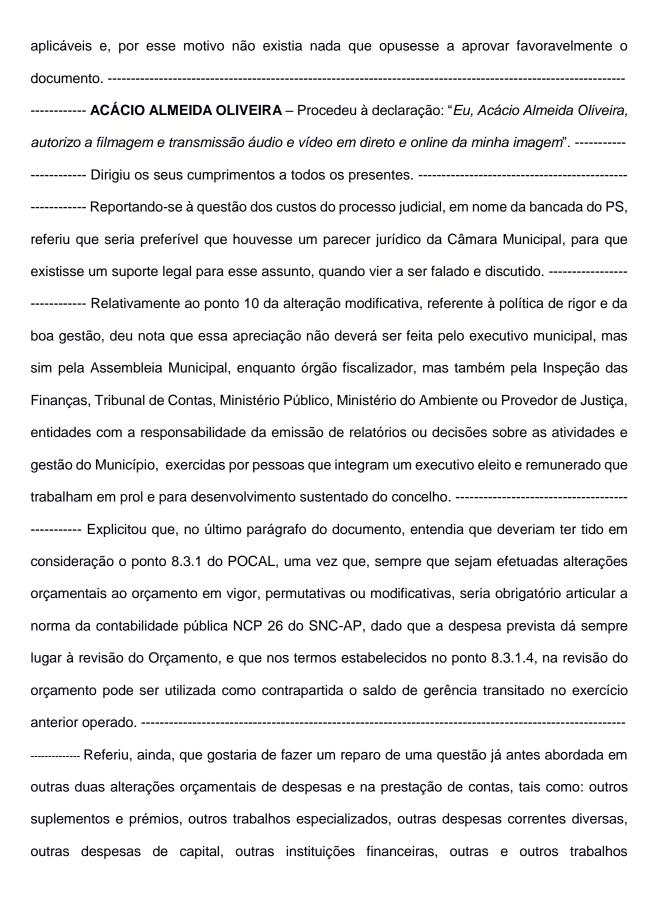


anterior e também no próprio ato de sessão solene de instalação dos órgãos autárquicos já
ocorrida
No seguimento da intervenção anterior, revelou, na sua opinião pessoal ter achado
escusado, por parte do Presidente da Câmara na sua intervenção da sessão solene, ter feito
referência ao processo judicial
Fez referência ao facto de a revisão orçamental estar a ser apresentada um mês depois
do ato eleitoral e tendo em conta os seus resultados, a confiança no executivo municipal tinha
saído reforçada, refletindo a valorização do trabalho feito pela Câmara Municipal e significando
também a consolidação do orçamento do próprio ano
Contudo, referindo-se à forma do procedimento de instrução para levar os assuntos em
sede de reunião da Câmara Municipal, afirmou que, caso a documentação não fosse entregue
corretamente aos vereadores, os mesmos não conseguiriam debater o assunto com a riqueza
que a democracia agradece e que, por esse motivo o PSD ficaria pela abstenção no referido
ponto
ANA RITA FERREIRA DE JESUS – Procedeu à declaração: "Eu, Ana Rita Ferreira de
Jesus, autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem"
Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes
Começou por explicitar que a segunda modificação às grandes opções do plano e
segunda alteração edificativa do Orçamento refletia de forma evidente o cumprimento da visão
estratégica do executivo municipal, refletindo a validação da prática do rigor e da boa gestão
autárquica no conjunto de propostas e de projetos que foram apresentados no GOP e no
orçamento para 2021
Dando o exemplo de várias conquistas ao nível estratégico, afirmou que o CLAIM tem
sido muito importante enquanto veículo de integração de migrantes que se fixam no nosso
concelho, mas também os avanços no apoio às empresas, na educação com um reforço de
investimento, a conclusão da Fernando Peixinho e ainda mais recentemente, a distribuição dos



360 tablets ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro. Na área da saúde, deu nota que a construção dos novos centros de saúde, da Unidade de Saúde Familiar da Palhaça e da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa revelam uma aposta infraestrutural na saúde. ------ No que diz respeito às Zonas Industriais afirmou que tem vindo a ser realizado trabalho visível e notório na ampliação das zonas industriais de Bustos, Oiã e Vila Verde, refletindo mais uma aposta nas infraestruturas, no desenvolvimento económico e reabilitação das vias, com o reforço da rubrica de investimento. Referiu também a aposta existente no projeto do ambiente, da descarbonização e da reciclagem e o crescente investimento nas associações do concelho, ------ Deu nota da relevância da Estratégia de Habitação Local com avanços na aquisição de moradias devolutas para posterior requalificação e colocação no mercado de arrendamento para os munícipes que cumpram com os requisitos. Referiu, ainda, a aposta na requalificação da rede viária e na requalificação urbana, a intervenção e pavimentação por todo o concelho e a reabilitação no centro Urbano da Vila de Oiã e na zona central da Vila de Bustos. ------------ Reforçou a existência de boas práticas que dão resposta às necessidades das famílias, à comunidade educativa, aos agentes económicos mais afetados no último ano pela pandemia, no apoio à sociedade, jovens e idosos, ao comércio e à economia, demonstram linhas condutoras e objetivos claramente projetados, estratégicos e estruturantes, mais desenvolvimento económico e emprego, expansão e requalificação das zonas industriais, melhoria das acessibilidades, plano de investimentos transversais e multidisciplinares, desde alastrar a rede wifi gratuito pelo conselho até projeto inovadores na área ambiental, afirmando assim, estarem a ser criadas condições para atrair novos habitantes para Oliveira do Bairro, do ponto de vista ------ Concluindo a sua intervenção, afirmando que o documento, com as suas modificações, estava elaborado de acordo com os preceitos legais e técnicos que lhe são







especializados, considerando que nas alterações orçamentais de receita não havia referência a nenhuma dessas rubricas. Questionou, assim, se "os outros, as outras e as diversas" acrescem rigor e transparência à gestão de qualquer empresa ou executivo municipal. ----------------------- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA – Solicitou a todos os membros da Assembleia Municipal que se cingissem apenas ao debate dos pontos que se encontravam em análise. ---------------------------------- Presidente da Câmara Municipal DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO -Reportando-se, inicialmente, à questão do prémio de quinhentos e treze mil euros, explicitou que o mesmo seria destinado à realização de PARU´s, informando os presentes de que todas as PARU's realizadas pelo Município tinham sido concluídas, e foi alocado para as mesmas todo o montante elegível, existindo um valor sobrante que se irá alocar à Obra Mestre Alfredo Rodrigues e no projeto de requalificação da zona envolvente ao mercado municipal, decorrente do orçamento participativo, não obstante a sua dependência do orçamento municipal. ----------------- Relativamente aos custos do processo judicial, esclareceu que esses elementos, em cumprimento de todos os preceitos legais, seriam dados a conhecer a todos os membros da Assembleia. Esclareceu, também, que o seu discurso na sessão solene se tinha tratado de uma intervenção política tendo em consideração os dados de que dispunha na altura, uma vez que já tinham sido solicitadas verbas de pagamento. ------------ No que diz respeito aos custos da eletricidade, referiu que dentro de alguns meses, cerca de 80% da iluminação pública seria em LEDS, traduzindo-se numa redução de consumo. Esclareceu que o contrato de eletricidade que o Município realizou há dois anos, terminaria em breve, e que o investimento na iluminação pública se traduzia numa poupança efetiva de quase duzentos mil euros por ano, tendo em conta os preços que se encontravam a ser praticados. --------- Relativamente às questões colocadas pelo membro da Assembleia Acácio Oliveira, esclareceu que a alteração modificativa estava acompanhada de uma nota técnica do Dr. José

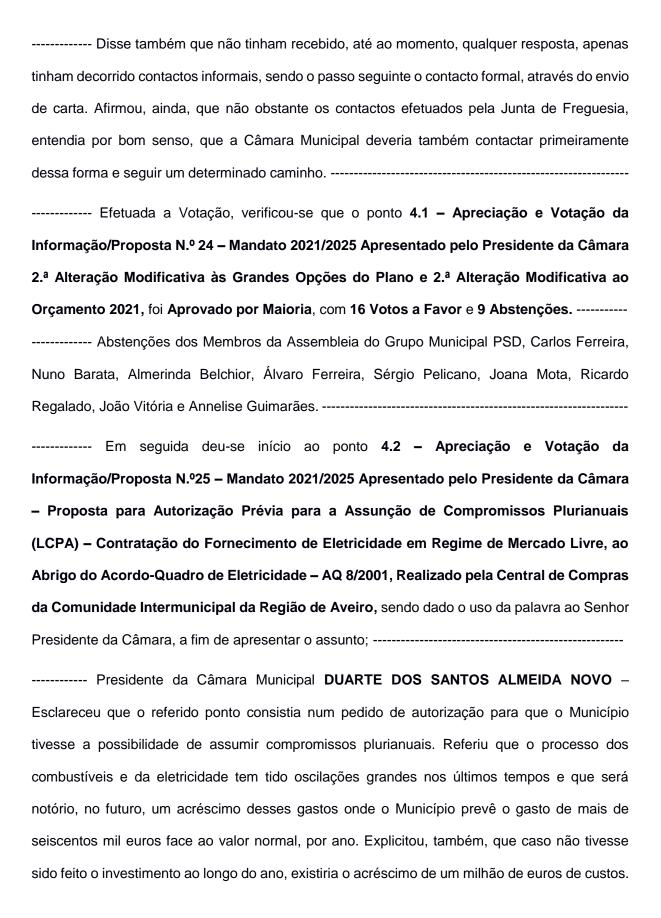


Miguel Felgueiras, que esclareceria a sua primeira questão. No que diz respeito à segunda questão dos custos diversos, explicitou que os instrumentos de contabilização nacional não tinham sido desenhados por si e que, embora a rúbrica exista, nem tudo se encontrava descriminado. Referiu também, que poderia acompanhar o membro Acácio Oliveira aos serviços para fazer uma descrição mais aprofundada, dotada de transparência. ------------------------------------- ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS - Procedeu à declaração: "Eu, António Pedro Mendes da Silva Campos, autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em ------ Após dirigir os seus cumprimentos a todos os presentes, iniciou a sua intervenção dizendo que considerou uma injustiça os últimos três anos relacionados com o processo judicial. ------ Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA - Solicitou que o membro da Assembleia António Campos se cingisse ao assunto em debate como já tinha requerido anteriormente, caso contrário teria de terminar de imediato a intervenção. ----------- O membro António Pedro Mendes da Silva Campos retomou o seu lugar, não concluindo a sua intervenção. ------------ JOSÉ HENRIQUE COTRIM LARANJEIRA – Procedeu à declaração: "Autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem". ------------ Referindo-se ao ponto 5.2 da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, de 3 de setembro de 2021, em que foi proposta a análise e votação da expropriação no âmbito da ampliação do cemitério de Bustos, questionou se já se encontrava contemplado na alteração modificativa do orçamento, o valor que irá custar ao Município a expropriação do terreno dos Limoeiros. ------------ Questionou, ainda, não obstante o trabalho realizado pela Junta de Freguesia, se a Câmara Municipal já tinha obtido resposta à eventual proposta de expropriação. ------



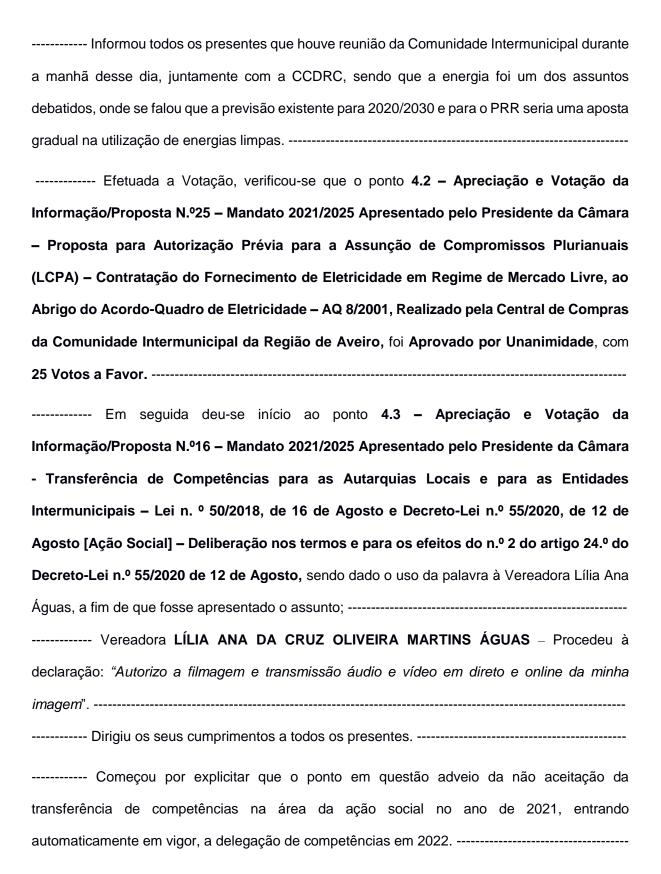
ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA – Salientou a importância de que a informação que
chegasse aos membros da Assembleia fosse simples, objetiva e percetível a todos os que não
são tão entendidos em matérias de contabilidade e finanças. Referiu que a câmara dispunha de
meios para tornar a informação mais sintética, para que todos entendessem o que significa a
rúbrica dos "outros", "diversos", etc
Contudo, manifestou antecipadamente, em nome da bancada do PS, que iriam votar
favoravelmente à 2.ª Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano e 2ª Alteração
Modificativa ao Orçamento
ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – No seguimento da sua última intervenção,
pediu desculpa aos presentes pela forma como a mesma decorreu, garantindo que não voltaria
a acontecer
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – Esclareceu os presentes que na semana seguinte, se iria dar posse à Comissão
de Acompanhamento Orçamental, de modo a que se pudesse desenvolver o trabalho de ajudar
a interpretar a documentação, à semelhança do que foi feito no mandato anterior
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> – Deu nota
de que, caso a informação fosse sintética não iria ser tão detalhada. Explicitou que, enquanto
membro da Assembleia Municipal há uns anos atrás, também tinha tido dúvidas relativamente a
documentos orçamentais e que tinha solicitado ao Presidente da Assembleia no momento, para
que as mesmas fossem dissipadas e compreendidas, quando ainda não existia a Comissão de
Acompanhamento Orçamental
Esclareceu que não foi retirado o apoio à Junta de Freguesia, no entanto, só a Câmara
Municipal poderia proceder à expropriação. Informou que, para a expropriação ocorrer era
necessário cumprir-se alguns pressupostos, nomeadamente o primeiro contacto com os
proprietários, seguido de um segundo contacto formal e caso esse contacto não resultasse num
acordo amigável, decorria a expropriação





Deu nota que se tratava do agrupamento de dez Municípios da CIRA, onde foi decidido
que deveria existir uma qualificação prévia de fornecedores para a energia, de modo a facilitar o
trabalho dos próprios Municípios, que posteriormente teriam de fazer, per si, a devida consulta
de mercado
Clarificou, por fim, que se optou proceder à contratação por um ano, face à oscilação existente do mercado.
ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIDA Colicitor conferentes de oventivo
ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA – Solicitou esclarecimentos ao executivo
nomeadamente, se a CIRA celebrou acordo quadro para fornecimento de eletricidade em regime
de mercado livre para o lote I, para além da tensão baixa BTN, baixa tensão especial BTE e para
a média tensão MT, também para a baixa tensão normal de iluminação pública BTN-IP
Questionou, também, qual a redução efetiva e de facto, nos encargos plurianuais na
contratação do fornecimento de eletricidade através da Central de Compras da Comunidade
Intermunicipal da região de Aveiro (CIRA).
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> – Deu nota
que a CIRA, na consulta que efetuou para que as entidades ficassem habilitadas a concorrer
através da recolha da quantidade de energia que os Municípios iam consumir, resultou a
definição por áreas e por lotes: a baixa tensão normal, onde se encontra a IP, a baixa tensão
especial e a média tensão, que abrange equipamentos que tenham um PT associado
Esclareceu que a pré-qualificação implicou que as empresas dissessem quais eram os
seus preços e que comunicassem caso houvesse evolução dos mesmos com o decorrer do
tempo, uma vez que a pré-qualificação terminou em setembro
Explicitou, ainda, que os preços do contrato anterior eram inferiores aos do momento
significando que não haverá redução e reforçou também a previsão do acréscimo de mais de
meio milhão de euros em pagamentos, tendo sido possível, apenas, minimizar a questão
galopante dos preços da eletricidade

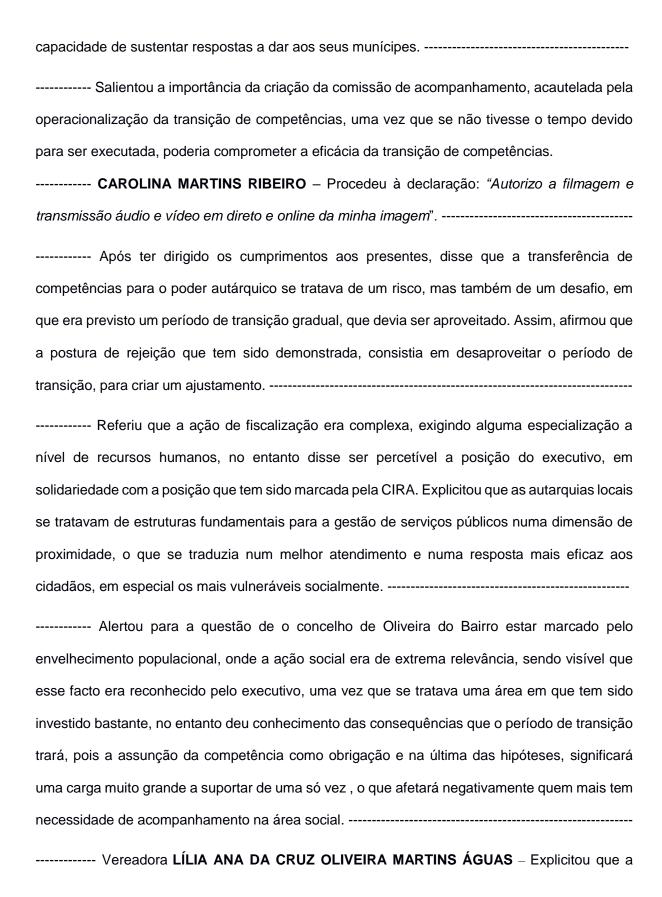




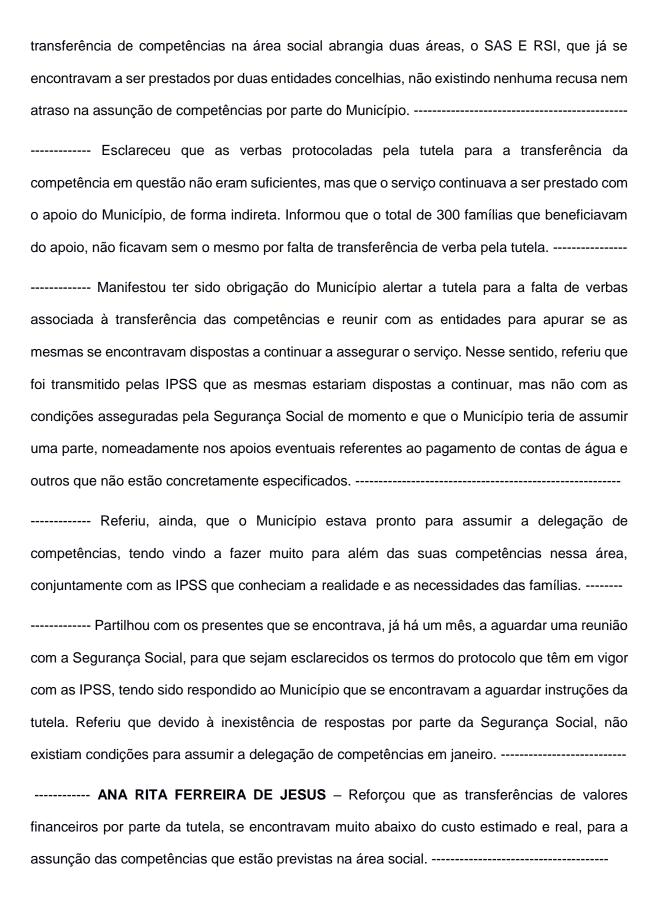


----- Afirmou, que decorreu um processo de negociação entre a Câmara Municipal e a Tutela e que relativamente aos mapas e às propostas apresentadas, houve uma retificação do valor proposto e o esclarecimento se a delegação de competências entraria em vigor em janeiro ou abril de 2022. Explicitou que houve a preocupação da Câmara Municipal se reunir com os parceiros da Ação Social que tinham protocolos com a Segurança Social, de modo a perceber quais as condições para a aceitação da transferência de competências, tendo sido decidido o mês de abril para o efeito, dada a necessidade de contratar recursos e negociar novos protocolos. ----- Deu conhecimento de que os protocolos que estavam assumidos, naquele momento, entre a segurança Social e as IPSS, eram completamente desfasados relativamente os encargos assumidos pelas mesmas, existindo assim, a necessidade de renegociação para que os munícipes não ficassem sem o serviço e para que as IPSS não tivessem prejuízo, conforme o que tem vindo a acontecer nos últimos anos. ------------- ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – Afirmou que Câmara Municipal tem tido um posicionamento visível e alargado em matéria de ação social, embora tenha reconhecido um ----- Deu nota da existência de uma rede de IPSS e de outras associações ou coletividades de cariz social que, embora atravessassem dificuldades, permitiam dar resposta a diferentes necessidades existentes, conjugado com o papel importante das juntas de freguesias. -------------- Referiu que a ação social, a saúde e a educação, entre outras áreas, contemplavam um bolo de competências que, quando não homologadas com o devido pacote financeiro e com articulação logística, humana e burocrática, poderia condenar os Municípios e as entidades ------- Afirmou que o PSD sempre adotou uma posição favorável na delegação de competências, quando os Municípios estivessem preparados para a sua receção, uma vez que os Municípios que mais depressa se adaptassem a novas realidades, mais depressa teriam a

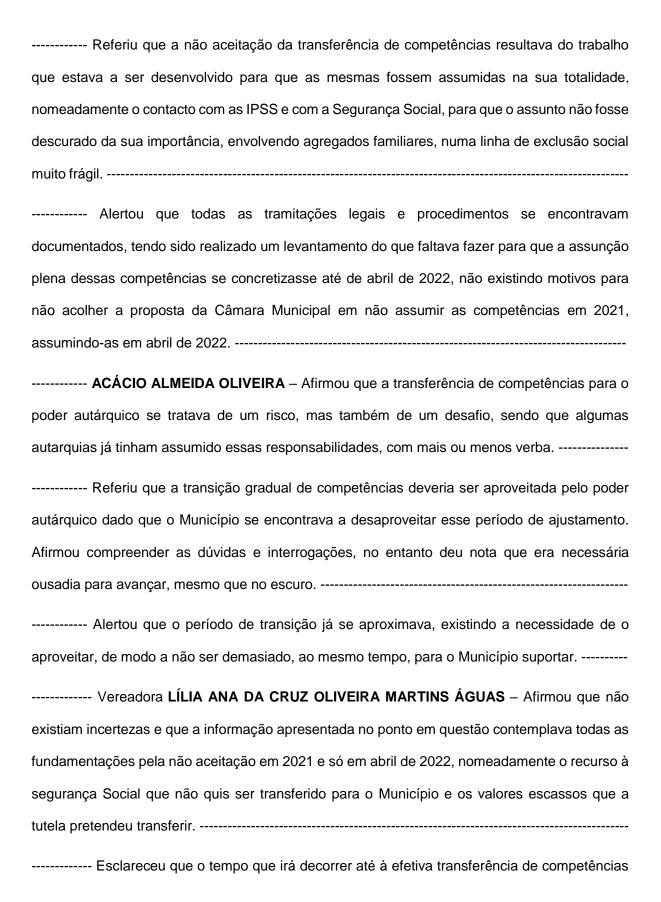








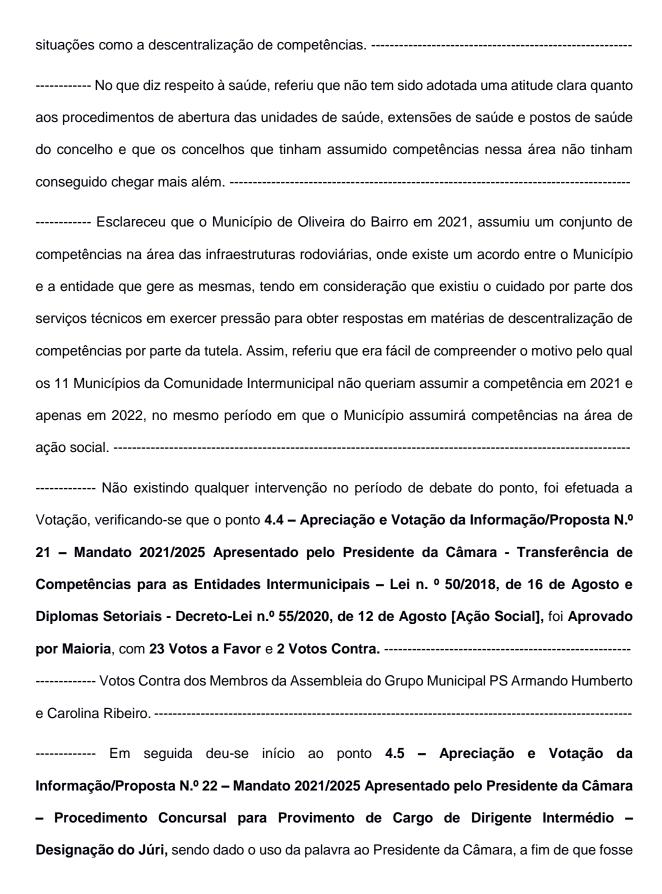






servirá precisamente para os ajustamentos necessários e que o serviço continuava a ser prestado, sendo que a preparação do Município já decorria há cerca de dois anos. Afirmou não compreender como é que lhe estava a ser dito para existir uma antecipação, quando a própria tutela não conseguiu dar informações da forma como deveriam ser feitos os protocolos com as IPSS para assegurar o serviço, esclarecendo que se tivessem sido obtidas respostas a proposta ----- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto 4.3 - Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º16 - Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n. º 50/2018, de 16 de Agosto e Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social] – Deliberação nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de Agosto, foi Aprovado por Maioria, com 23 Votos a Favor e ------ Em seguida deu-se início ao ponto 4.4 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º21 - Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n. º 50/2018, de 16 de Agosto e Diplomas Setoriais - Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social], sendo dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, a fim de que fosse apresentado o ------ Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – Deu nota da existência de uma reunião de urgência com o Senhor Secretário do Desporto, no âmbito do acompanhamento da pandemia COVID, onde foi demonstrada a preocupação dos Municípios relativamente ao impacto da pandemia nas IPSS, na saúde, incluindo a problemática da ausência da Segurança Social em muitos momentos para com as IPSS e ausência de respostas em





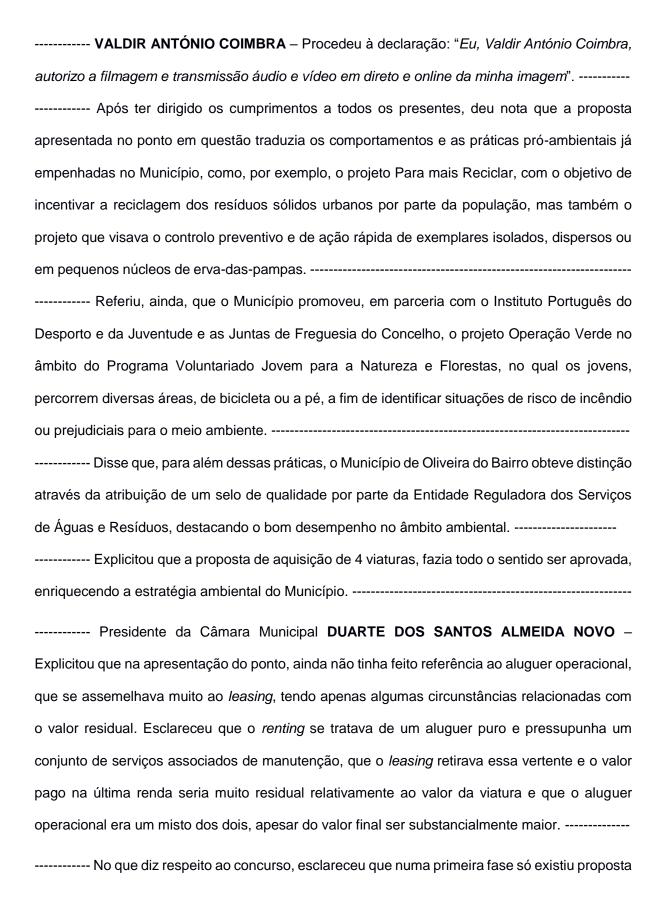
apresentado o assunto;
ap. 223
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> -
Esclareceu que decorre da própria lei o dever de ser nomeado júri e que deve ser o órgão da
Assembleia Municipal a reconhecer as características e idoneidade desse mesmo júri para a
escolha de um dirigente, neste caso dirigente geral para a área financeira, tal como foi feito para
vários outros concursos que decorreram no anterior mandato
LUÍS SÉRGIO DA SILVA PELICANO - Procedeu à declaração: "Eu, Luís Sérgio da
Silva Pelicano, autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha
imagem"
Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes
Começou por dar nota que o processo que antecedeu a proposta entregue para votação
em Assembleia, foi publicado em Diário da República em 5 de dezembro de 2019, tendo contado
apenas com quadro candidatos, um dos quais não foi aprovado na fase de avaliação curricular e
outro que terá desistido, tendo ficado o Município com 2 candidatos disponíveis para,
eventualmente, assumir funções
Fez referência ao facto de os serviços, desde 2019, estarem privados de um dirigente
de forma consolidada e referiu que a captação dos melhores não se conseguia, exclusivamente,
através de um procedimento concursal, passando também pela atribuição de incentivos aos
trabalhadores do Município, de modo a estimular os mesmos e a aliciar aqueles que possam vir
a integrar os quadros
Disse, exemplificando, que o Município poderia celebrar protocolos de cooperação com
entidades externas que visem a atribuição de condições especiais aos trabalhadores da
autarquia, informando-os da aquisição de bens e serviços em que poderão beneficiar nas mais
diversas áreas, não tendo o Município de estabelecer qualquer obrigação contratual com essas
entidades para o efeito

Afirmou que não existia nada a opor ao documento apresentado, sendo que a
composição do júri cumpria todos os requisitos legais. Manifestou, assim, que a bancada do PSD
não via qualquer inconveniente na sua aprovação, votando favoravelmente
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> –
Esclareceu que existiam no mercado diversas entidades que se dedicavam a ter uma bolsa de
fornecedores para serem apresentadas aos Municípios
Deu nota que o Município de Oliveira do Bairro zelava pelo cumprimento do CCP e não
obstante a oferta do mercado, era entendimento do Município consultar as empresas e proceder
ao lançamento de concurso público, sendo mais correto do que estabelecer esse tipo de
parcerias que poderiam enviesar o cumprimento do CCP
Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto <b>4.5 – Apreciação e Votação da</b>
Informação/Proposta N.º 22 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara
<ul> <li>Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Dirigente Intermédio –</li> </ul>
Designação do Júri, foi Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor
Em seguida deu-se início ao ponto <b>4.6 – Apreciação e Votação da</b>
Informação/Proposta N.º 23 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara
<ul> <li>Autorização de Operação de Financiamento por Contrato de Locação Financeira</li> </ul>
(LEASING), para Aquisição de Quatro Viaturas Elétricas, sendo dado o uso da palavra ao
Presidente da Câmara, a fim de que fosse apresentado o assunto;
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> – Deu nota
que o Município se candidatou a um conjunto de projetos relacionados com a transição
energética, no seguimento das diversas atividades e aquisições relativas à proteção ambiental
energenca, no seguimento das diversas attividades e aquisições relativas a proteção ambientai
Explicitou que, no âmbito da candidatura, foi facultada a hipótese de proceder à troca
Explicitou que, no âmbito da candidatura, foi facultada a hipótese de proceder à troca de 4 viaturas que se encontrassem mais obsoletas e que consumissem energia fóssil, por 4

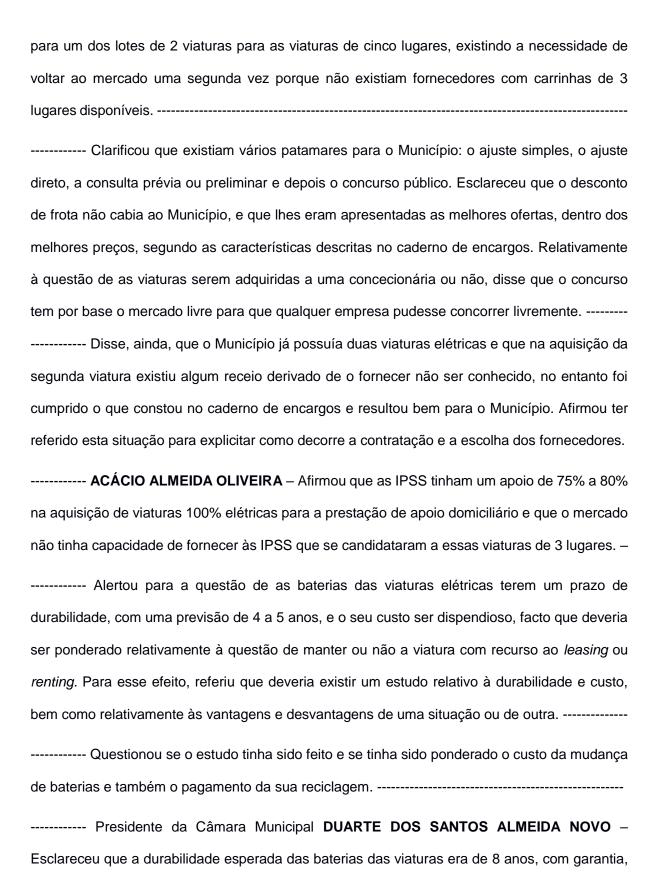


----- Esclareceu que a candidatura tinha premissas obrigatórias, nomeadamente, que a aquisição das viaturas fosse efetuada por 2 duas formas, renting ou leasing, tendo o Município optado pelo leasing. Referiu que, uma vez que a esperança média de vida das viaturas no concelho é superior a quatro anos, não faria sentido recorrem ao renting, através do aluguer, dado que as viaturas faziam 10.000 quilómetros e não seria adequado voltarem novamente ao mercado com um valor de realização muito elevado. ----------- Informou que o Município será apoiado com metade do valor que estava na proposta e que tinha sido feita a escolha dos fornecedores através de concurso público. -------------------- Explicitou que o Município não tinha necessidade de proceder ao compromisso financeiro em questão, no entanto para receber o apoio da candidatura, era necessário recorrer a essa via, tendo em consideração que existia capacidade de endividamento do Município para o efeito. ----------- Esclareceu, ainda, que tinha existido um ajustamento a nível da calendarização na proposta inicial apresentada em reunião de câmara, onde foi aprovada pelo executivo, derivado da dificuldade em encontrar fornecedores para os equipamentos, no entanto essa dificuldade tinha sido ultrapassada, motivo pelo qual se estava a apresentar o documento para aprovação. ------- ACACIO ALMEIDA OLIVEIRA – Primeiramente, parabenizou o executivo pela atenção prestada ao tipo de concursos em questão e pela sensibilização na matéria de energias ------ Questionou o motivo pelo qual 2 das viaturas iam ser adquiridas à Dinastia Motriz Lda. por 46.700 € + IVA e as outras 2 viaturas iam ser adquiridas à Renault Portugal S.A. por 46.695,77 € + IVA, uma vez que a concecionária Renault iria perder 2 viaturas para a Dinastia Motriz, que não se tratava de uma concessionária direta da marca. Questionou, assim, se as 4 viaturas tivessem sido negociadas, se não traria vantagens para o Município e ainda, se não seria possível 







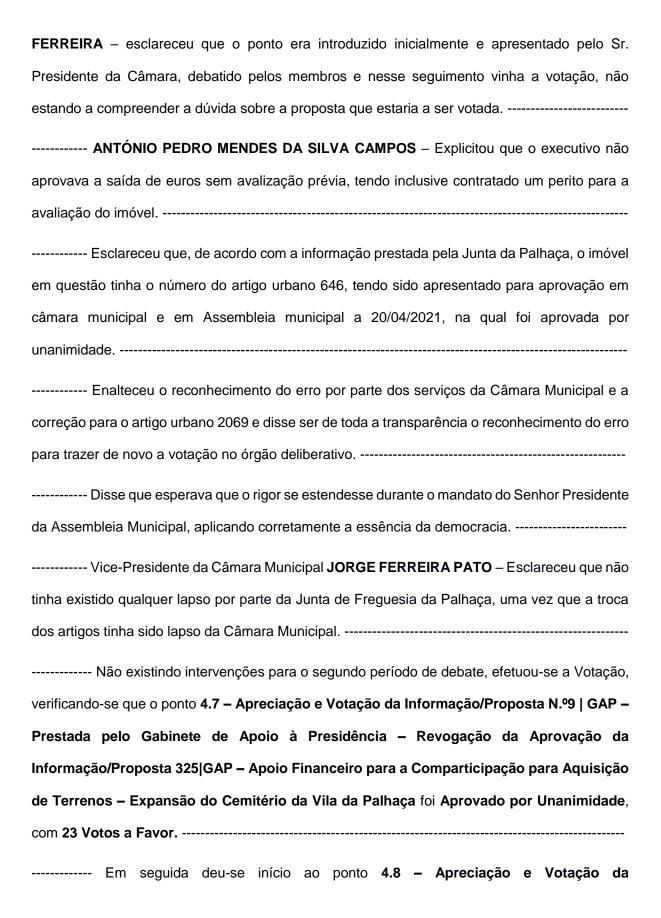




tendo o estudo sido efetuado com essa base. Afirmou que caso a bateria durasse 4 anos, seria um erro recorrer ao leasing, sendo preferível o renting transferido para aluguer, devido ao seguro contratualizado e questões de manutenção, para além de que nesse tipo de aluguer bastaria a decisão do executivo para efetuar contrato. ------------- Deu nota da existência, no Município, de uma viatura 100% elétrica para recolha de resíduos urbanos que tinha 4 anos e a bateria estava em bom estado. Informou, também que a autonomia dos automóveis, tinha cada vez mais tendência a aumentar, sendo que a ultima viatura adquirida, Renault ZOE, tinha uma autonomia de 400.000 quilómetros e era carregada ------ Referiu que se houvesse cuidado com os equipamentos, a durabilidade seria maior e tendo em conta todos os motivos já explicitados foi decidido adquirir as viaturas, mantendo-as pelo menos mais quatro anos. ------------- Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto 4.6 - Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 23 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Autorização de Operação de Financiamento por Contrato de Locação Financeira (LEASING), para Aquisição de Quatro Viaturas Elétricas, foi Aprovado por Unanimidade, ----- Em seguida deu-se início ao ponto 4.7 - Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 9 | GAP – Prestada pelo Gabinete de Apoio à Presidência – Revogação da Aprovação da Informação/Proposta 325|GAP - Apoio Financeiro para a Comparticipação para Aquisição de Terrenos – Expansão do Cemitério da Vila da Palhaça. ----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA – Informou os presentes de que o Senhor Primeiro Secretário da Mesa André Chambel e o Senhor Presidente de Junta Luís Ruivo se iriam ausentar da sala, devido a impedimento de participar na discussão e votação do ponto. ------

Afirmou ainda não ter feito a sua declaração de autorização da filmagem e da
transmissão de áudio e vídeo em direto e online, mas procedeu à declaração com efeitos
retroativos ao dia em que a Assembleia começou a ser transmitida e apelou a todos os membros
da Assembleia Municipal que não o tivessem feito, o fizessem, por forma a garantir que não
houvesse problemas de futuro
Solicitou ao membro da Assembleia Acácio Oliveira que se deslocasse, para que
compusesse a Mesa da Assembleia Municipal
Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, a fim de que fosse
apresentado o assunto
Vice-Presidente da Câmara Municipal <b>JORGE FERREIRA PATO</b> – Procedeu à
declaração: "Autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha
imagem"
Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes
Afirmou que o motivo do assunto ir à Assembleia, resultou de um lapso numa
informação, cujo número de um artigo matricial estava errado, não alterando em nada o apoio ou
o negócio realizado. Explicitou, que no zelo pelo cumprimento da lei, procedeu-se à correção
dessa formalidade para apreciação em Assembleia municipal
ANA RITA FERREIRA DE JESUS - Afirmou que gostava de dar reconhecimento e
enaltecimento à proposta, porque o reconhecimento de erros era uma forma de estar na política,
uma vez que se tratava de uma postura que deveria ser enaltecida para resolver os problemas e
beneficiar os munícipes e os fregueses da Palhaça
Dirigindo-se à Mesa da Assembleia Municipal, alertou para o facto de os pontos não
serem introduzidos no momento da votação, de forma a que os munícipes que estivessem a
assistir em casa, pudessem acompanhar o que estava a ser votado
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA



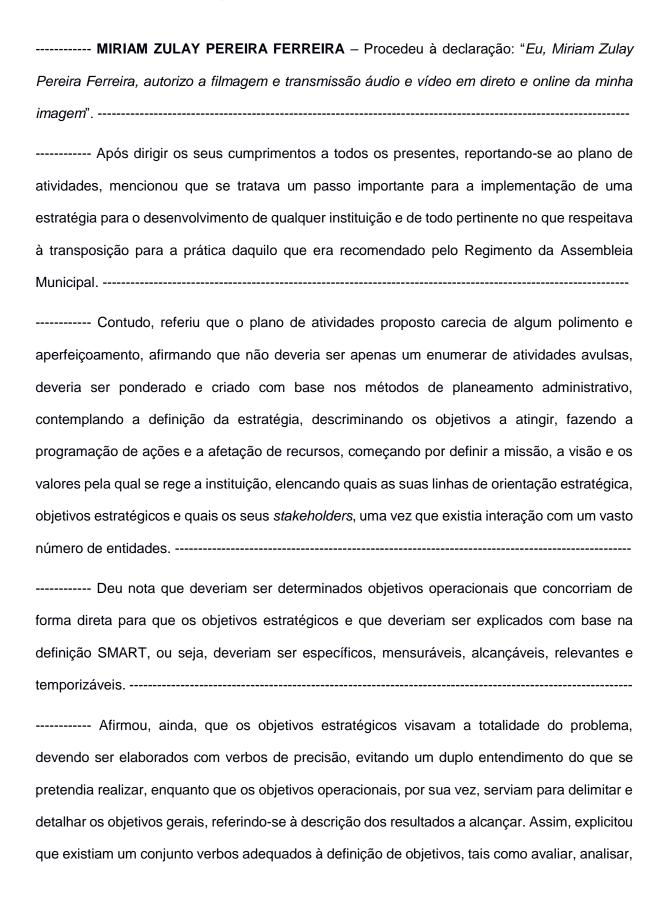




Informação/Proposta n.º 1 – Mandato 2021-2025 da Mesa da Assembleia Municipal - Plano
de Atividades da Assembleia Municipal para o ano de 2022, sendo dado o uso da palavra ao
Presidente da Câmara, a fim de que fosse apresentado o assunto;
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA - Deu nota que vinha no seguimento da intervenção do Sr. António Campos, do
cumprimento do Regimento e do rigor e explicitou que se tratava da apresentação do plano de
atividades já previsto há algum tempo
Referiu que a aprovação do plano de atividades era prevista no Regimento da
Assembleia Municipal anterior, sendo obrigatória a sua aprovação no mês de setembro e que
pela primeira vez em quatro anos, vinha este assunto a Assembleia para aprovação
ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS – Questionou o motivo pelo qual o
Senhor Presidente da Assembleia se dirigiu à sua pessoa no que respeita ao rigor
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA - Esclareceu que o membro António Campos tinha apelado, durante a sua
intervenção ao rigor da Mesa da Assembleia Municipal
CAROLINA MARTINS RIBEIRO – Afirmou que era do interesse da bancada do PS
apresentar uma proposta a acrescentar, futuramente, ao Plano de Atividades, que consistia na
criação de uma Assembleia Municipal Jovem, já apresentada também no Conselho Municipal de
Juventude em junho de 2020
Deu nota da existência da dificuldade e incapacidade da esfera pública se relacionar
com os cidadãos, através dos seus órgãos, resultando na desmoralização quase total dos órgãos
políticos devido à falta de transparência e excesso de burocracia, colocando sucessivamente em
causa a credibilidade dos órgãos representativos do Estado
Explicitou que a bancada do Partido Socialista propunha a criação de uma Assembleia
Municipal jovem para os alunos do concelho desde o segundo ciclo do ensino básico até ao



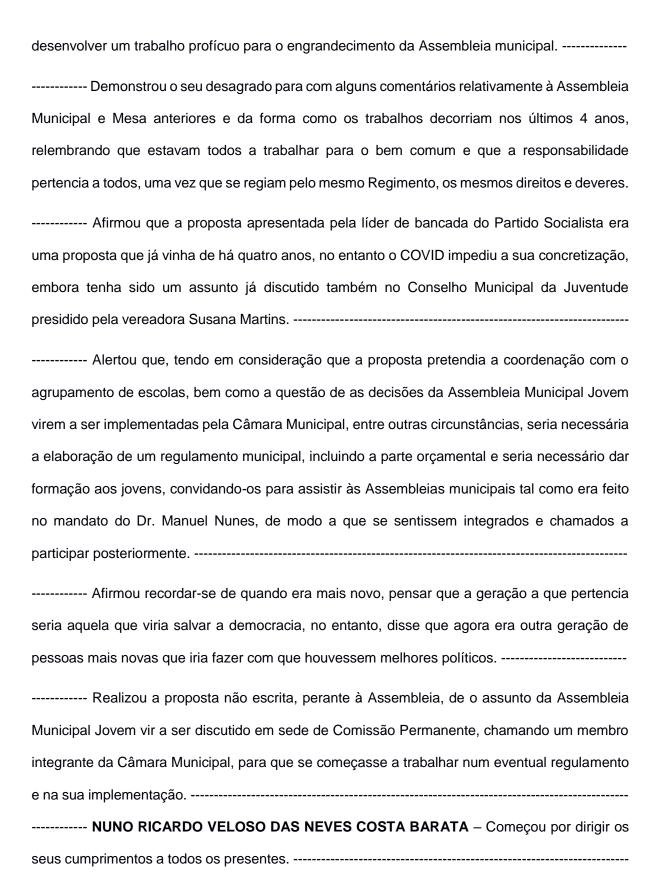
secundário, sendo um espaço de reflexão e debate sobre temas direcionados à faixa etária em questão, valorizando as suas opiniões, possibilitando a exposição das suas ideias, a partilha das suas preocupações e encontro de soluções comuns sem qualquer ligação direta a juventudes ----- Afirmou que os jovens, na sua maioria, não eram chamados à escolha de quem os representa e à intervenção pública, importando saber quais os seus contributos e dar-lhes voz junto dos órgãos municipais, de modo a desenvolver e aprofundar o espírito de participação cívica e política no seio da comunidade escolar, contribuir para a formação de jovens através do desenvolvimento integral da sua personalidade, informação de caráter, promover capacidade de argumentação no debate e defesa das ideias entre pares, com respeito pelos valores da tolerância, convivência democrática e da formação das decisões, mas também estimular a formação política e cidadã dos jovens por meio de atividades que os levassem a compreender melhor a organização dos poderes, em particular o legislativo com a elaboração de listas, eleição de membros da Assembleia, levando também ao entendimento da importância da participação popular. ------------ Referiu que a Assembleia Municipal Jovem já existia, com sucesso de aderência em vários concelhos do distrito de Aveiro, dando a título de exemplo, Ovar, São João da Madeira e Águeda, que desenvolveram um trabalho conjunto entre os Municípios e os Agrupamentos Escolas, tendo cada mandato a duração de um ano. Esclareceu, quanto às propostas aprovadas nesse órgão, que as mesmas deveriam ser apresentadas e aprovadas pelo executivo da Câmara ----- Apelou, ainda, à reflexão consciente acerca dos benefícios da proposta apresentada, relembrando que a simplificação do diálogo juvenil com o Município traduzir-se-ia numa mais 



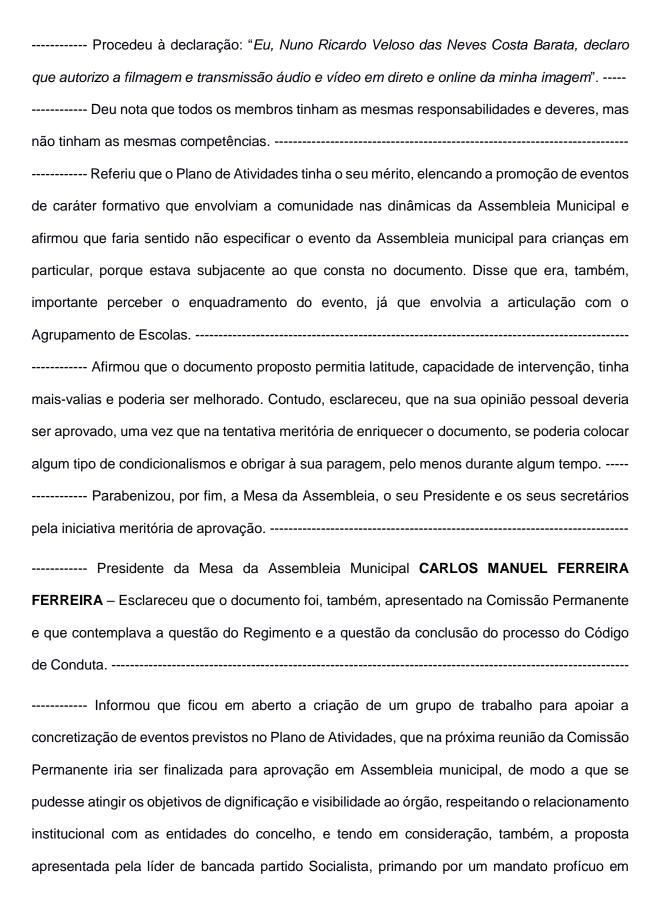


promover, demonstrar, organizar, capacitar e desenvolver entre muitos outros, no entanto as atividades da Assembleia Municipal decorriam diretamente das atribuições que lhe estavam cometidas pela respetiva lei orgânica e a terminologia devia ser ainda mais explícita, usando verbos como elaborar, estabelecer, quantificar, realizar, organizar ou determinar. --------------------- Concluiu que o plano deveria ser melhorado, de forma a atingir o seu pleno objetivo. -------ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – Parabenizou o Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa da Assembleia Municipal pela forma como queriam gerir o mandato na liderança da Assembleia Municipal, adotando uma marca diferenciadora na apresentação do ------ Afirmou que deveria ser um trabalho participado por todos, por bancadas e membros da Assembleia, de modo a que fosse concretizado o que advinha do plano de atividades, resultando em benefícios para todos e extravasando a mensagem específica do que cada um com as suas distinções defendia e na valorização da própria Assembleia. -------------------------------- Deu mérito à proposta apresentada pela líder do Partido Socialista, relativamente à Assembleia Municipal Jovem, relembrando um conjunto de iniciativas que acontecia na altura em que o PSD era executivo municipal para aproximar os jovens da política e da realidade local. --------- Manifestou que poderiam contar com o comprometimento do Partido Social Democrata em assumir e estender o plano de atividades da Assembleia Municipal, que iria orgulhar ------ ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL – Procedeu à declaração: "Declaro que autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem". ------------ Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. ------------- Afirmou que apesar de a Mesa da Assembleia Municipal não ter uma composição espectável por nenhum partido, os trabalhos estavam a decorrer bem e que na sua opinião, iriam





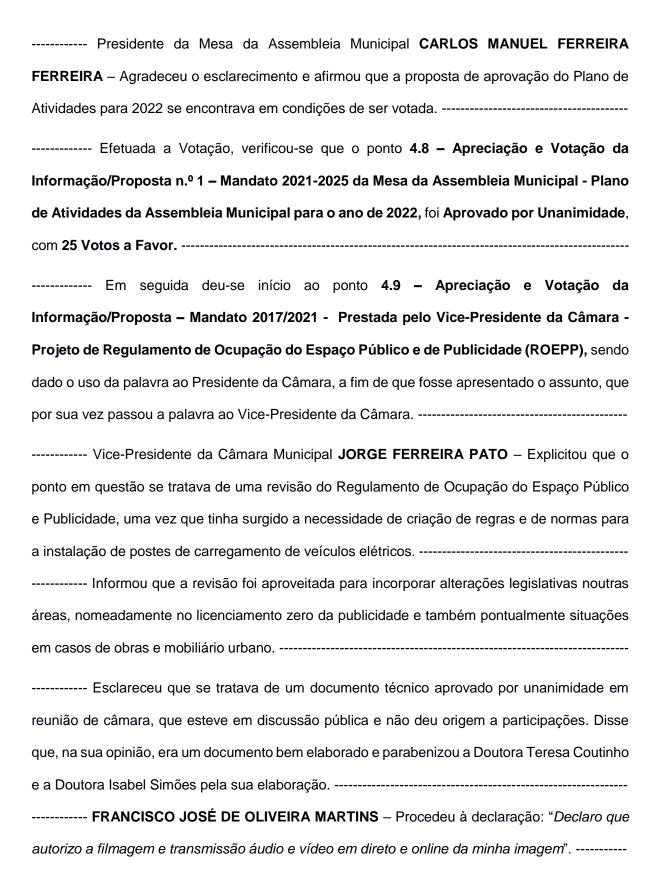


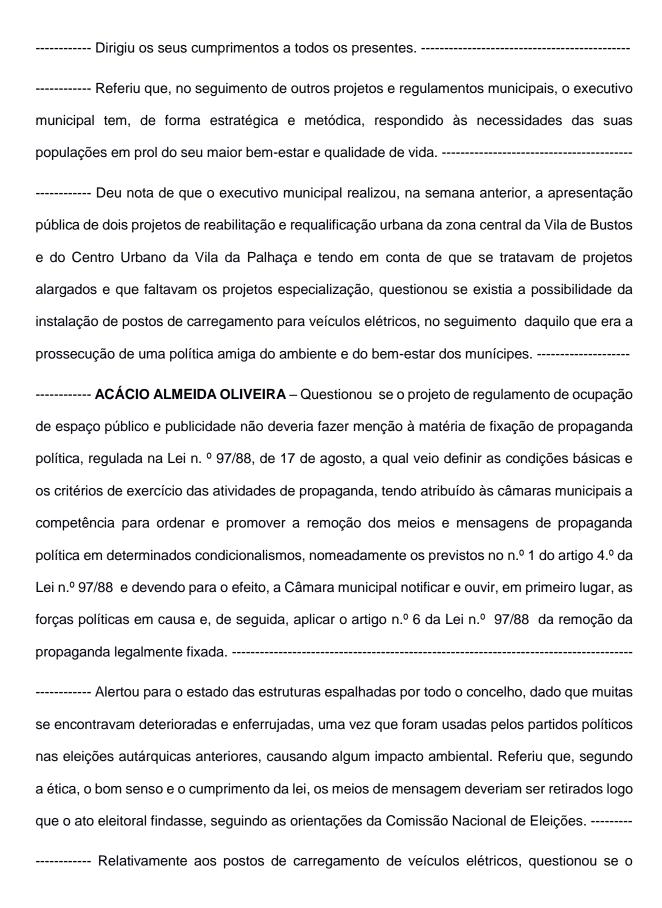




beneficio do concelho e do engrandecimento do órgão
ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA - Agradeceu todos os contributos que estavam a ser
dados pelas bancadas e afirmou que era sinónimo de uma mudança necessária, de desafios e
incentivos que transpusessem a Assembleia municipal para fora de quatro paredes
Explicitou que a Assembleia era um órgão fiscalizador, mas também um órgão
representativo, sendo que o documento permitia começar a pensar em ideias, propostas e
sugestões para que a Assembleia funcionasse com dignidade, bom senso, diligência e com
respeito de uns para com os outros, respeitando também o executivo na forma de ser e na forma
de estar
Disse que, em nome da bancada do Partido Socialista, iriam trazer mais propostas e
desafios, tal como o proposto pela Mesa da Assembleia Municipal, para que cada um começasse
a pensar, a gizar planos e ideias para que se pudesse sair da Assembleia com outra maneira de
ser e de estar e para que a Assembleia fosse serena e calma, havendo respeito mutuamente,
independentemente da cor partidária
Referiu que a Assembleia estava fora do contexto da política nacional e que cada um
tinha responsabilidades para estar no órgão fiscalizar, fazendo de tudo para que as coisas
corressem bem em colaboração com o executivo e que a atitude de todos devia continuar a ser
nobre e altruísta, merecedora da confiança dos munícipes que depositaram o voto nas urnas nas
últimas eleições
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – Solicitou um pedido de esclarecimentos à líder de bancada do Partido Socialista,
relativamente a se a proposta que foi feita chegar à mesa seria para votar ou seria para ser tida
em consideração e baixar à Comissão permanente no sentido de melhorar o documento
CAROLINA MARTINS RIBEIRO – Esclareceu que a proposta não era para ser votada
de momento, que seria para aplicar futuramente e para ser tida em consideração







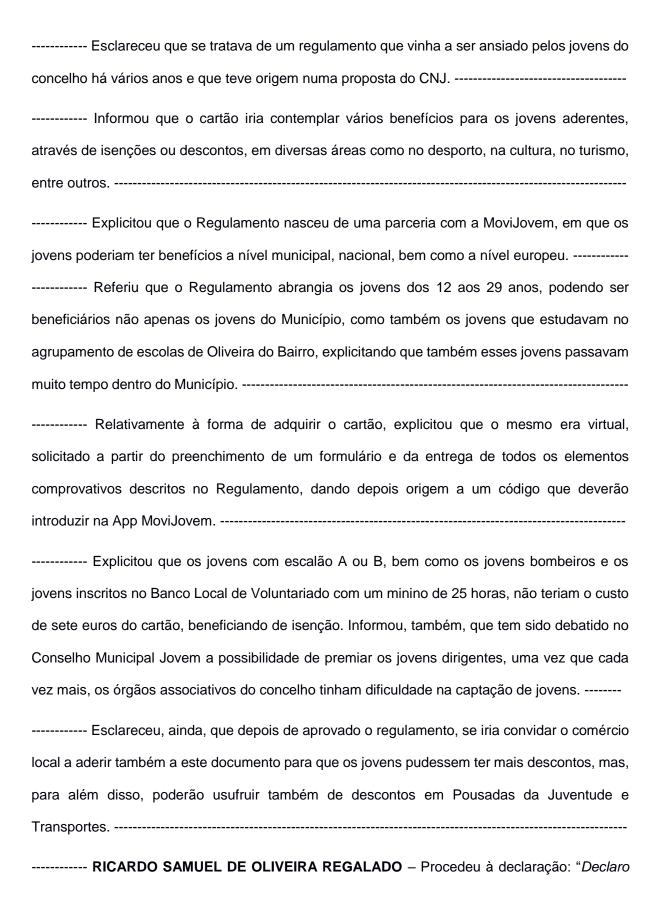


executivo já tinha na sua posse algum estudo ou algum projeto sobre a colocação a curto ou médio prazo dos postos de carregamento de veículos para todas as freguesias, que deveriam ser colocados em pontos estratégicos para que os carros que começassem a circular com mais frequência pudessem efetuar carregamentos rápidos. ------------ JOÃO DIOGO VITÓRIA – Procedeu à declaração: "Declaro que autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem". ----------- Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. ----------- Afirmou que, não obstante durante o período de discussão pública não ter sido levantada qualquer observação ou sugestão, existiam alguns pontos merecedores de revisão e reformulação no que respeita ao disposto no artigo 80º e seguintes do projeto, relativamente ao regulamento de taxas. ------------ Explicitou que para efeitos de investimento no campo da habitação urbana, existiam um conjunto de procedimentos prévios e licenciamento junto dos serviços camarários, demasiado burocráticos e onerosos, não só no Município, mas a nível nacional. ----------------- Exemplificou que, para a solicitação de uma autorização para utilização de domínio público para a betonagem de uma laje com viaturas próprias, eram aplicadas taxas constante do regulamento, que se traduziam numa exorbitância capaz de persuadir qualquer um a abandonar a ideia de investimento, extinguindo a vontade de investir e de melhor o património. ------------- Solicitou que todos aqueles que foram eleitos se comprometessem a debater de uma forma diplomática e inteligente, a melhoria de condições e benefícios, de modo a atrair investimento a simplificar processos, refletindo sobre o alívio das taxas aplicadas em prol do bem ------ Vice-Presidente da Câmara Municipal JORGE FERREIRA PATO – Esclareceu que estava previsto um conjunto de instalações de postos de carregamento de veículos elétricos nos centros da cidade de Oliveira do Bairro e nas Vilas do concelho, bem como nas zonas industriais,

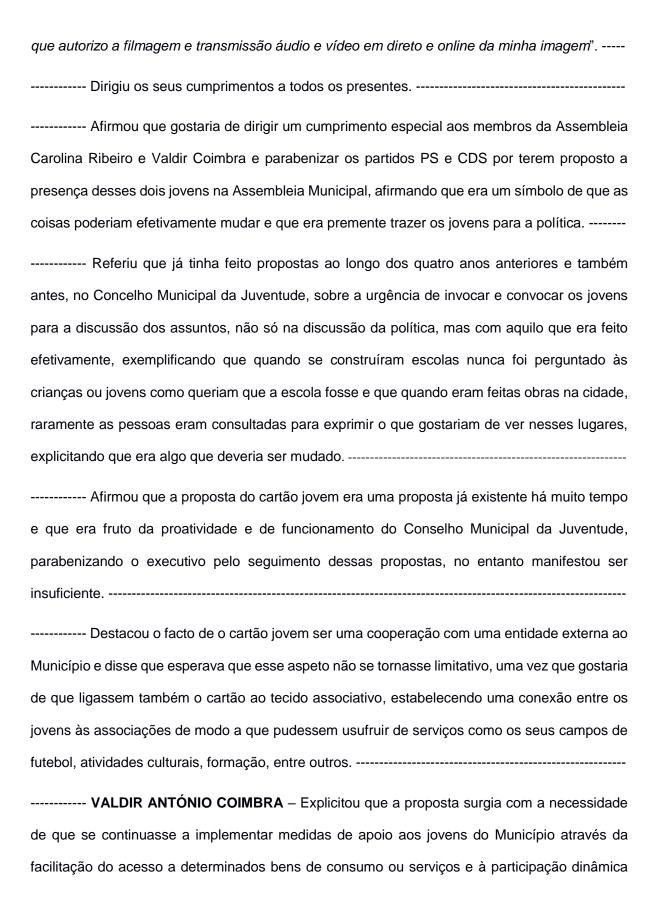


estando a ser feita a preparação da parte burocrática do concurso e respetivo procedimento
Referiu que, segundo a ética e o bom senso, esperava que esses valores imperassem
e que rapidamente fossem recolhidas as estruturas que se encontravam pelo concelho
Explicitou, ainda, que a questão das taxas não estava esquecida e que as mesmas se
encontram espartilhadas por vários regulamentos, existindo um projeto de unificação das taxas
a decorrer, através da elaboração de um regulamento único de taxas. Referiu que iria ser tido em
conta a preocupação de não afastar os investidores, tendo, contudo, o cuidado daquilo que era
a prática de outros Municípios e que o Município necessitava de receitas, uma vez que não existia
despesa sem receita
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – Questionou os membros se queriam inscrever-se para iniciar uma segunda ronda
de intervenções, o que não ocorreu, tendo-se procedido à votação do ponto
Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto 4.9 - Apreciação e Votação da
Informação/Proposta - Mandato 2017/2021 - Prestada pelo Vice-Presidente da Câmara -
Projeto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade (ROEPP), foi
Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor
Seguidamente deu-se início ao ponto <b>4.10 – Apreciação e Votação da</b>
Informação/Proposta N.º 205 - Mandato 2017/2021 - Apresentada pelo Presidente da
Câmara - Projeto de Regulamento Municipal do Cartão Jovem de Oliveira do Bairro, sendo
dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara, que por sua vez passou a palavra à Vereadora
Susana Martins, a fim de que fosse apresentado o assunto
Vereadora <b>SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS</b> – Procedeu à declaração: " <i>Declaro</i>
que autorizo a filmagem e transmissão áudio e vídeo em direto e online da minha imagem"
Dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes

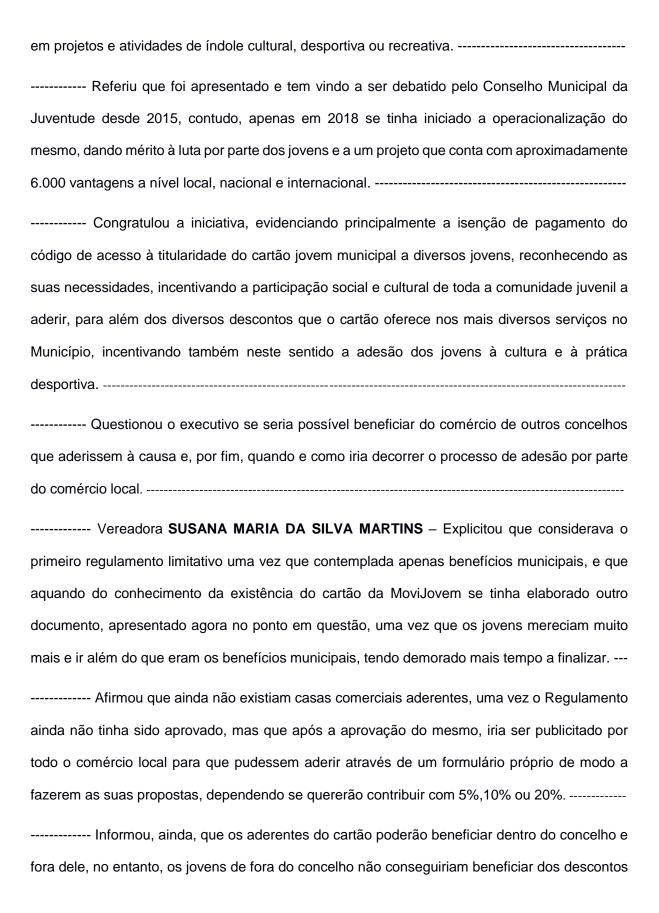




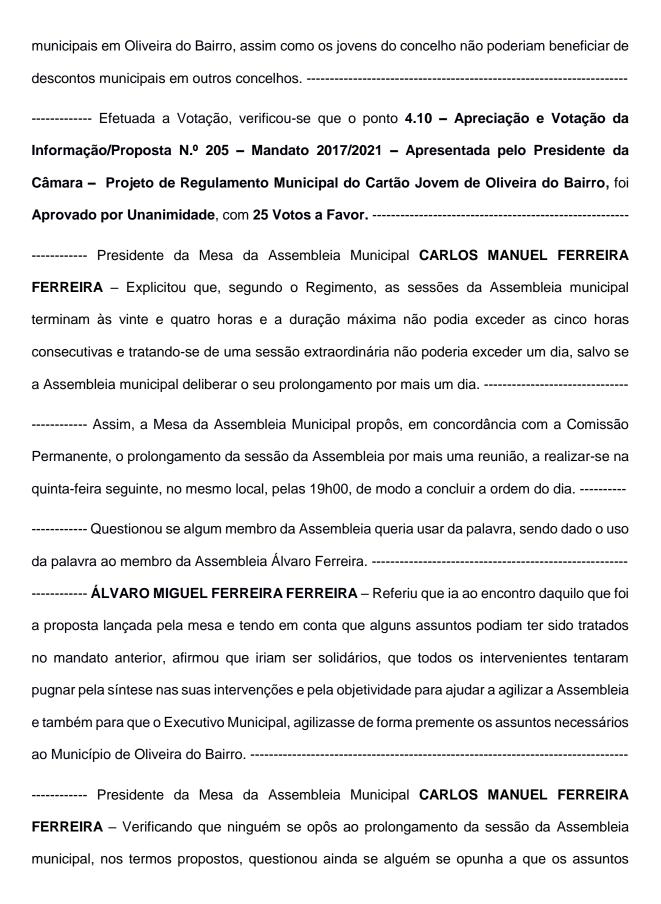














deliberados fossem aprovados em minuta de forma a dar seguimento aos assuntos, proposta à -----Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal: 4.1 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º24 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara 2.ª Alteração Modificativa às Grandes Opções do Plano e 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento 2021; 4.2 - Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º25 - Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara -Proposta para Autorização Prévia para a Assunção de Compromissos Plurianuais (LCPA) -Contratação do Fornecimento de Eletricidade em Regime de Mercado Livre, ao Abrigo do Acordo-Quadro de Eletricidade - AQ 8/2001, Realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro; 4.3 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º16 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Lei n. º 50/2018, de 16 de Agosto e Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social] – Deliberação nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de Agosto; 4.4 - Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º21 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Transferência de Competências para as Entidades Intermunicipais – Lei n. º 50/2018, de 16 de Agosto e Diplomas Setoriais - Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de Agosto [Ação Social]; 4.5 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º22 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara – Procedimento Concursal para Provimento de Cargo de Dirigente Intermédio – Designação do Júri; 4.6 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º23 – Mandato 2021/2025 Apresentado pelo Presidente da Câmara - Autorização de Operação de Financiamento por Contrato de Locação Financeira (LEASING), para Aquisição de Quatro Viaturas Elétricas; 4.7 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º9 | GAP – Prestada



pelo Gabinete de Apoio à Presidência – Revogação da Aprovação da Informação/Proposta 325|GAP – Apoio Financeiro para a Comparticipação para Aquisição de Terrenos – Expansão do Cemitério da Vila da Palhaça; 4.8 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 1 – Mandato 2021-2025 da Mesa da Assembleia Municipal - Plano de Atividades da Assembleia Municipal para o ano de 2022; 4.9 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta – Mandato 2017/2021 - Prestada pelo Vice-Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade (ROEPP); 4.10 - Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º205 – Mandato 2017/2021 - Apresentada pelo Presidente da Câmara -Projeto de Regulamento Municipal do Cartão Jovem de Oliveira do Bairro; --------------------------------- Deu por interrompida a sessão, nos termos do Regimento. ---------------------------- Ao dia dezoito de novembro, do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, realizou-se a segunda Reunião relativa à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, convocada para o dia 15 de novembro do corrente ano, cuja Ordem de Trabalhos, já tinha sido previamente distribuída aquando da respetiva Convocatória. ------------Os trabalhos foram presididos por CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA e secretariados por ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL e ELISABETE -----Para além do Presidente da Câmara e do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, José Carlos Pereira de Almeida Soares, Clara Maria de Jesus Oliveira e Paulo Sérgio Rei Pardal Figueiredo. ----- Eram dezanove horas, quando foi declarada aberta a Sessão. ----------------

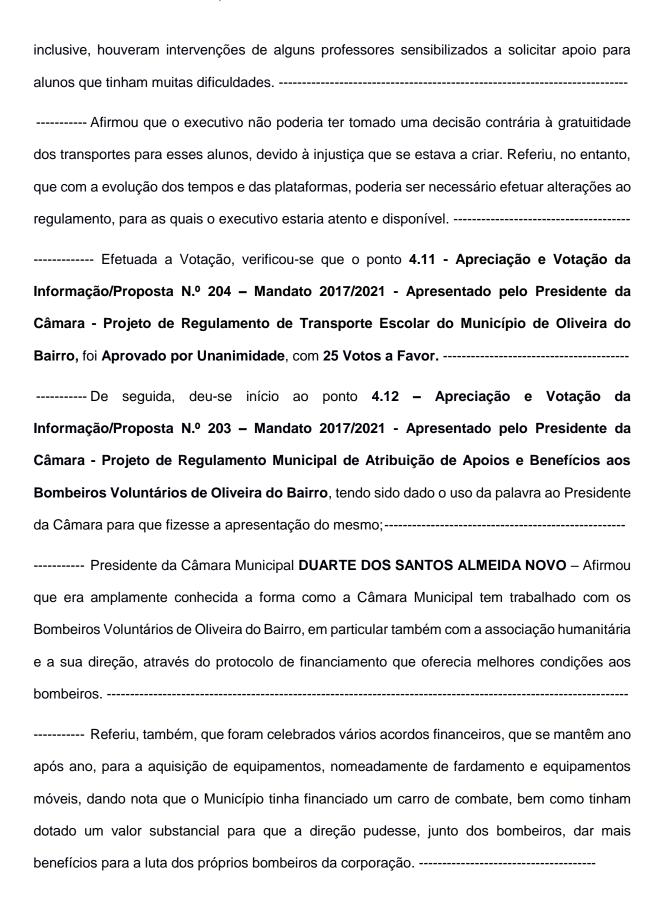


Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – após ter dirigido os seus cumprimentos a todos os presentes, informou que iria da
início aos Trabalhos da segunda reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal.
De seguida, deu o uso da palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia
Municipal, André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel, a fim de se verificar as presenças dos
Membros da Assembleia Municipal
Efetuada que foi a chamada verificaram-se a ausência do Membro Armando Humberto
Moreira Nolasco Pinto, que será substituído pelo Membro Acácio Almeida Oliveira, a ausência do
Membro Ricardo Samuel de Oliveira Regalado, que será substituído pelo Membro Jéssica
Catarina Dias Gaudêncio e a ausência do Membro Annelise de Jesus Guimarães, que será
substituída pelo Membro Marco Daniel da Silva Martins
Deu nota que chegaria mais tarde aos trabalhos da presente reunião o Membro da
Assembleia Nuno Ricardo Veloso das Neves Costa Barata e António Pedro Mendes da Silva
Campos
FERREIRA - retomou o quarto e último período da Ordem de Trabalhos: 4 – ORDEM DO DIA.
Deu-se início ao ponto <b>4.11 - Apreciação e Votação da Informação/Proposta N.º 20</b> 4
– Mandato 2017/2021 - Apresentado pelo Presidente da Câmara - Projeto de Regulamento
de Transporte Escolar do Município de Oliveira do Bairro, tendo sido dado o uso da palavra
ao Presidente da Câmara para que fizesse a apresentação do mesmo;
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> – dirigiu os
seus cumprimentos a todos os presentes
Informou que este Ponto seria apresentado pela Vereadora Susana Maria da Silva
Martins, Vereadora com o Pelouro
SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS – dirigiu os seus cumprimentos a todos os

presentes
Referiu que se tratava de um Regulamento para atribuição de transporte escolar aos
alunos do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro e que beneficiava os alunos do
Concelho
Informou que foi adquirida uma plataforma há dois anos, que permitiu a transição do
que era antigamente feito em papel para uma plataforma online, onde era submetida a
candidatura, analisada pelos serviços e depois definida a atribuição do transporte
Referiu que iria ser definida uma data para a candidatura, para que a mesma fosse
analisada pelos serviços e entregue à empresa de transportes
Disse que, posteriormente, seriam todos os alunos informados, se tinham ou não direito
ao apoio por parte da Câmara Municipal
Esclareceu que no regulamento estavam bem espelhados os critérios e explicitada toda
a informação, no entanto que se encontrava disponível para qualquer questão
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – agradeceu a intervenção da Vereadora Susana Maria da Silva Martins
Deu nota da chegada do Membro da Assembleia Nuno Ricardo Veloso das Neves Costa
Barata e do Membro António Pedro Mendes da Silva Campos
Solicitou aos Membros que pretendessem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos
para que se inscrevessem, havendo apenas uma inscrição
Deu de seguida o uso da palavra ao Membro da Assembleia Luís Sérgio da Silva
Pelicano;
presentes



pretensões de pais, Agrupamento de Escolas, Órgãos Consultivos, como foi o caso do Conselho
Municipal de Juventude, que em muito contribuíram e reivindicaram para que este documento
visse a luz do dia e fosse uma realidade
Congratulou sobre este assunto, pois é o espelho da vitória sobre uma injustiça que
estava há longos anos a ser cometida, junta da comunidade escolar, da não gratuitidade do
transporte para os alunos do Ensino Secundário, era algo que ninguém do ponto de vista moral
entendia, porque é que, sendo o ensino obrigatório até ao 12º ano, os alunos do secundário não
usufruíam desse direito, era um problema e uma dificuldade identificada por todos, e que até
hoje, não tinha solução
Referiu que alguns Municípios vizinhos e não só, desenvolveram, fruto da sua forte rede
de transportes, processos e modelos para ultrapassar esta dificuldade. No entanto, manteve-se
o problema e a dificuldade até ao último ano letivo, podíamos ter avançado mais cedo
Deu os parabéns por se ter ultrapassado este constrangimento, mas referiu que esse
passo poderia ter sido há muito mais tempo. Disse que poderá eventualmente mostrar ao
executivo eventuais falhas e necessidades de correção, fruto da própria aplicação
Afirmou ainda, que a bancada do Partido Social Democrata não via qualquer
inconveniente para que este ponto seja aprovado, votando assim favoravelmente
Concluída a intervenção, foi dado o uso da palavra à Vereadora Susana Martins;
SUSANA MARIA DA SILVA MARTINS – agradeceu a intervenção do Membro da
Assembleia Luís Pelicano
Afirmou que o regulamente surgiu de uma necessidade de trabalho de campo e
agradeceu ao Técnico João Pinto, dando nota que quem recebia e analisava as candidaturas
nesta área, anteriormente, era o Agrupamento de Escolas, sendo agora efetuado esse trabalho
pela Câmara Municipal
Referiu a importância de terem apurado as necessidades existentes, explicitando que





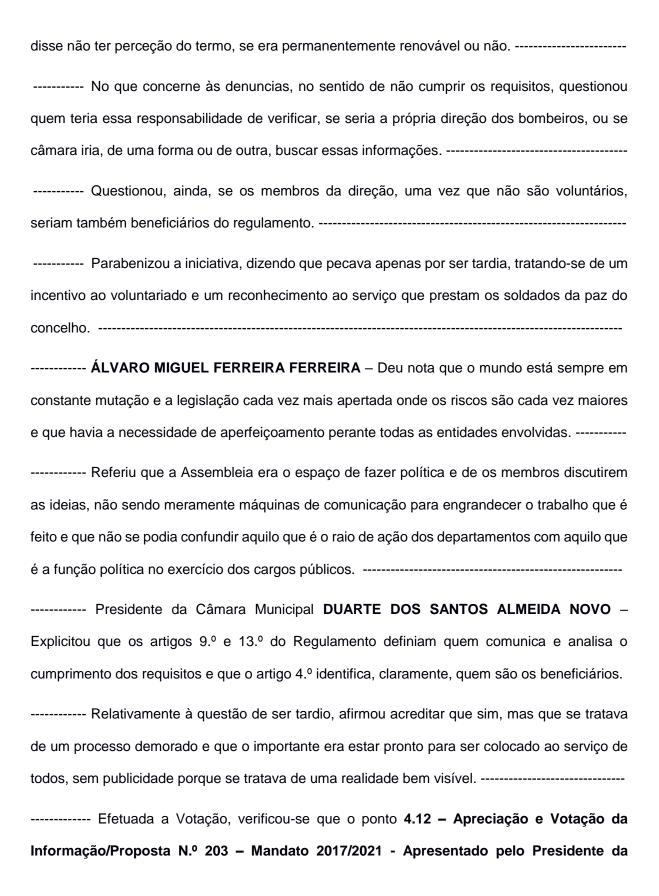
Afirmou que todos aqueles benefícios que estavam plasmados no regulamento e que
eram por direito pelas diversas circunstâncias, dos bombeiros, por serem habitantes de Oliveira
do Bairro ou porque os filhos frequentavam as escolas do concelho, havia um verdadeiro
acréscimo para ser deliberado
Esclareceu que foi um trabalho intenso, numa primeira abordagem com a direção e que
numa segunda abordagem se tinha discutido a razão pela qual se poderiam colocar ou não
determinados benefícios, uma vez que alguns dos mesmos não eram enquadráveis e explicitou
que foi dos regulamentos mais discutido de sempre, porque só assim se poderia engrandecer o
próprio regulamento
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – Informou os presentes de que o Membro da Assembleia Marcos Daniel da Silva
Martins se iria ausentar da sala, por se manifestar impedido de participar na discussão e votação
do ponto
ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – dirigiu os seus cumprimentos a todos os
presentes
Deu nota da efetiva valorização do documento que foi trabalhado em cooperação com
os bombeiros, transmitindo uma grande plenitude de trabalho em que os interessados, ao longo
de todo o processo, foram contribuindo para construção e para a riqueza do documento
Congratulou o executivo municipal, por ter pensado em ir mais além, para outro tipo de
associações que não tinham trabalho tão específico como os bombeiros, nem a abrangência que
os bombeiros acabavam por ter, mas que tinham trabalho na área humana, na área social e
os bombeiros acabavam por ter, mas que tinham trabalho na área humana, na área social e combate ao isolamento social das populações, de forma a criar incentivos para que as pessoas
combate ao isolamento social das populações, de forma a criar incentivos para que as pessoas



constam do regulamento, junto da população, para que mais voluntários pudessem também ajudar e entrar na corporação dos bombeiros, de modo a fortalecer o excelente trabalho que tem vindo a ser feito pela corporação e pela articulação entre a Câmara Municipal e os Bombeiros de ------ FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA MARTINS – dirigiu os seus cumprimentos a todos os presentes. ---------- Deu nota do empenho e do compromisso do executivo municipal na nobre causa dos bombeiros voluntários, na atribuição de apoios e benefícios, e no reconhecimento do seu serviço prestada às populações concelho, bem como no trabalho meritório de socorro destas e proteção do seu património. ----------- Explicitou a importância do regulamento em estabelecer os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Oliveira do Bairro à associação humanitária com o objetivo de contribuir para a missão e promoção dos seus elementos e para a constituição de um corpo uno de bombeiros motivados e valorizados enquanto cidadãos voluntários no serviço à comunidade. Afirmou que tinha a perceção de que nunca como agora, tinha existido sensibilidade, envolvimento programado, dialogal e compromisso efetivo do executivo municipal com os Bombeiros Voluntários do concelho. ------------- Questionou o executivo se poderia quantificar e informar os membros da Assembleia e todos os munícipes de quão real era o apoio financeiro, tendo em atenção o valor per capita dos habitantes do concelho de Oliveira do Bairro, ou se seria simplesmente mais um exemplo publicitário do excelente serviço da comunicação do concelho de Oliveira do Bairro. ------------ Presidente da Câmara Municipal DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO -Esclareceu que a Câmara Municipal tinha vários acordos com os bombeiros, que eram aprovados de ano a ano, pontualmente ou à medida do que fosse necessário, existindo verbas especificas para a Proteção Civil, mas também para a associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do

Bairro, numa linha mais especifica
Dailto, Hama iiilla mais especifica
Informou que estava previsto no Plano de Atividades a atribuição do apoio anual com
cerca de sessenta e cinco mil euros, coordenado também pela Coordenadora da Proteção Civil
do Município, que possuía assento nas instalações da corporação, para além da existência de
uma verba alocada de sessenta mil euros para investimentos a realizar com a corporação
Referiu que no presente ano ainda estava a ser estudado, mas que no ano anterior, no
âmbito do COVID, não se permitiu que a associação sofresse financeiramente por esse facto,
tendo sido atribuído um valor extraordinário de equilíbrio financeiro, derivado de a mesma ter
deixado de aferir alguns rendimentos que tinha antes do COVID
Explicitou que o valor per capita refletido no apoio aos bombeiros era dos mais elevados
da região, no entanto era difícil realizar comparações com outros Municípios, que tinham uma
realidade diferente, como Águeda ou Anadia, com zonas mais serranas e densas que
necessitavam de outro tipo de investimento
Afirmou que o Município realizava um investimento que tinha um impacto grande,
focado na formação do futuro. Referiu que, felizmente, no último ano houve um acréscimo muito
grande de voluntários, mas também um acréscimo de saídas substancial, e que o regulamento
foi uma forma de motivar para que as suas famílias também tivessem algum benefício por verem
os seus familiares no voluntariado e para que os próprios voluntários não abandonassem um
bem essencial para todos
Presidente da Mesa da Assembleia CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA -
Questionou os membros para uma segunda ronda de intervenções do ponto, tendo havido duas
inscrições para o efeito
ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA – dirigiu os seus cumprimentos a todos os
presentes
Relativamente à durabilidade do apoio que era anual e renovável por sucessivos anos,







Câmara - Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios aos
Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, foi Aprovado por Unanimidade, com 24 Votos
a Favor
Presidente da Mesa da Assembleia CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA -
Antes de iniciar os pontos seguintes, informou que, por entendimento da Mesa e da Comissão
Permanente e de forma a agilizar os próximos sete pontos, os mesmos iriam ser apresentados
individualmente e votados em simultâneo
Explicitou que para cada eleição, existia uma urna de voto e um boletim de voto bem
identificado
Assim, referiu que iram proceder ao período de apresentação das listas ou candidatos,
começando pelo ponto 4.13 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um
substituto também Presidente de Junta, como representante das Juntas de Freguesia,
para efeitos de inscrição como delegados nos Congressos da A.N.M.P., tendo havido uma
inscrição para o efeito
ANA RITA FERREIRA DE JESUS - Dirigiu os seus cumprimentos a todos os
presentes
Esclareceu que as bancadas representadas em Assembleia, através entendimento no
âmbito da Comissão Permanente, apresentam como candidatos a representantes das Juntas de
Freguesia do Concelho de Oliveira do Bairro para efeitos de inscrição como delegado efetivo e
suplente no Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses a decorrer no dia 11
e 12 de dezembro em Aveiro, os seguintes Presidentes de Junta:
Como efetivo: Acílio dos Santos Ferreira, Presidente da União das Freguesias de
Bustos, Troviscal e Mamarrosa
Como suplente: Bruno Filipe Teixeira Seabra. Presidente da Junta de Freguesia de Oiã.

Explicitou que a proposta foi assinada pelos 4 líderes de bancada: PSD, PS, CDS e
CHEGA
De seguida, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto <b>4.14</b> –
Nomeação de representante para integrar o Conselho da Comunidade do ACeS Baixo
Vouga, nos termos do artº 31º do Decreto-Lei nº 253/2012, 27 de novembro, tendo havido
duas inscrições para o efeito
ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – Afirmou que a Bancada do PSD tinha na
sua mente um perfil bem traçado de quem deveria integrar o Conselho da Comunidade do ACeS
Baixo Vouga: o Presidente da Junta de Oliveira do Bairro, Simão Vela
Explicitou que o perfil do Presidente de Junta Simão Vela se encaixava completamente
no que era pretendido, porque embora não fosse técnico da área da saúde, é alguém que
conhece diretamente todo esse setor e que nos últimos quatro anos, atuou por várias vezes
dentro da área da saúde e da área da ação social, sendo que a própria população da freguesia
de Oliveira bairro o reconheceu como alguém que na época de Covid-19, lançou um conjunto de
iniciativas, estando a frente do próprio Município
Fruto da descentralização e da transferências de competências na área da saúde, das
novas unidades de saúde familiares que se encontravam a ser construídas, afirmou ser algo vital
para o Partido Social Democrata existir alguém ligado às juntas de freguesias em todo o
processo, zelando por uma maior interligação entre as instituições do concelho e, por isso,
enquanto líder da bancada do PSD e enquanto membro da Assembleia, manifestou ser um
orgulho poder apresentar o Simão Vela para a nomeação referente ao ponto em questão
ANA RITA FERREIRA DE JESUS – Afirmou que a bancada do CDS - Partido Popular
na Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, apresentou como representante para integrar o
Conselho da Comunidade a ser Baixo Vouga: Miriam Zulay Pereira Ferreira, enfermeira
Apresentou a candidata Miriam Zulay Pereira Ferreira, dizendo que era licenciada em
Enfermagem desde julho de 2000 pela Escola Superior de Enfermagem Doutor Ângelo da



Fonseca, fez especialidade em Enfermagem de Reabilitação em 2012 na Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha e concluiu a mesma escola, em 2013, uma Pós-graduação em Administração e Gestão de Serviços de Saúde. Referiu, que atualmente frequenta o Mestrado de Direção e Chefia de Serviços de Enfermagem na Escola Superior de Enfermagem do Porto, sendo que toda a sua experiência profissional decorreu em contexto de comunidade em cuidados de saúde primários: em agosto de 2011, iniciou a sua atividade no Centro de Saúde de Águeda como enfermeira de família, em 2012 pediu mobilidade para o Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, dando continuidade ao seu trabalho como enfermeira de família, em 2013 foi para a Unidade de Continuados da Comunidade Cubo Mágico da Saúde como especialista de reabilitação e em janeiro de 2016, assumindo a sua coordenação, sendo que, desde julho de 2021 e após a reforma da enfermeira chefe, é ela própria o elo de ligação de enfermagem de todo o centro de Saúde de Oliveira do Bairro, assumindo desta forma, a gestão das assistentes operacionais, da frota automóvel, da higienização e tratamento de dispositivos médicos e de roupa. ----------- Explicitou que tendo um envolvimento pessoal ativo com uma presença no sistema de saúde muito dinâmico e multidisciplinar e com conhecimento profundo do sistema de saúde no geral e muito em particular em Oliveira do Bairro, a enfermeira Miriam Zulay seria uma mais valia como representante do Município no Conselho do ACeS Baixo Vouga. --------------------- Seguidamente, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto 4.15 - Eleição dos Membros para integrar a Assembleia Intermunicipal da CIRA, nos termos do artº 83º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, tendo havido duas inscrições para o efeito. ----------- ANA RITA FERREIRA DE JESUS - Afirmou que bancada do CDS - Partido Popular na Assembleia Municipal de Oliveira, apresenta a seguinte lista de candidatura à Assembleia Intermunicipal da Comunidade: ---------- Como membros efetivos: André de Campos Silvestre Fevereiro Chambel, Francisco de



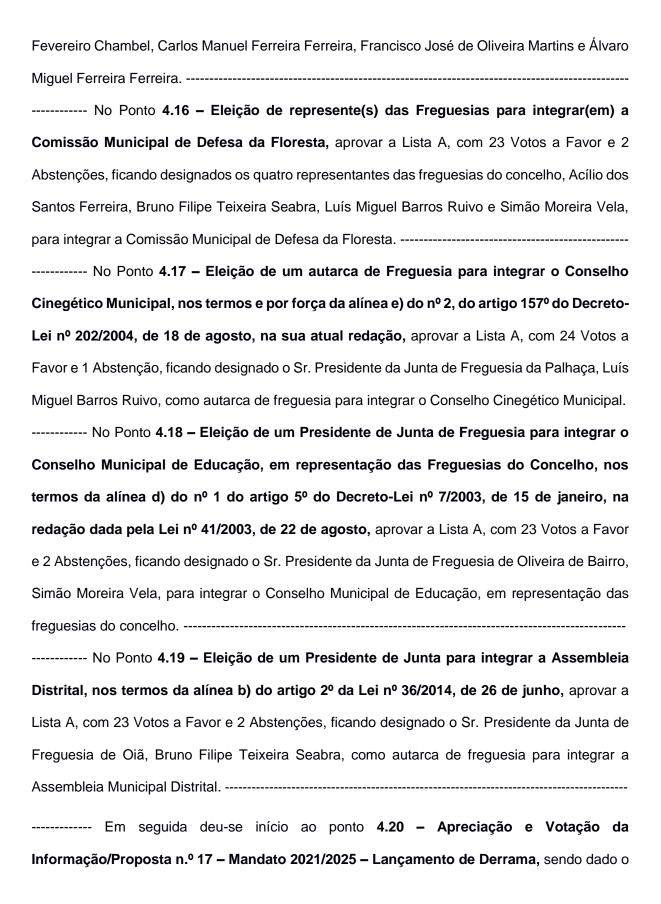
Oliveira Martins, Ana Rita Ferreira de Jesus e Carolina Martins Ribeiro
Como membros suplentes: José Henrique Cotrim Laranjeira e António Pedro Mendes
da Silva Campos
ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – Relativamente à lista para integrar a
Assembleia Intermunicipal da CIRA, afirmou que o PSD apresentava a seguinte lista:
Como membros efetivos: Carlos Manuel Ferreira Ferreira, Álvaro Miguel Ferreira
Ferreira, Luís Sérgio da Silva Pelicano e Almerinda Ferreira Belchior
Como membro suplente: Joana Miranda Mota
Conforme decorreu da apresentação anterior, referiu que o Partido Social Democrata
entendeu apresentar a lista em questão devido ao seu perfil, pela autonomia que todos os seus
membros acabam por ter nos diversos setores, pelo órgão de que se trata e pela sua importância.
Seguidamente, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto <b>4.16</b>
- Eleição de represente(s) das Freguesias para integrar(em) a Comissão Municipal de
Defesa da Floresta, tendo havido uma inscrição para o efeito
ANA RITA FERREIRA DE JESUS - Disse que as bancadas representadas em
Assembleia, através do entendimento no âmbito da Comissão Permanente, decidiram apresentar
como representantes das Juntas de Freguesia para integrarem a Comissão Municipal de Defesa
da Floresta, os seguintes membros: Acílio dos Santos Ferreira, Bruno Filipe Teixeira Seabra, Luís
Miguel Barros Ruivo e Simão Moreira vela
Posteriormente, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto <b>4.17</b>
– Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, nos
termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de
agosto, na sua atual redação, tendo havido uma inscrição para o efeito
ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – Para a eleição do autarca de Freguesia
para o Conselho Cinegético Municipal, subscrito pelos líderes de bancada com assento na



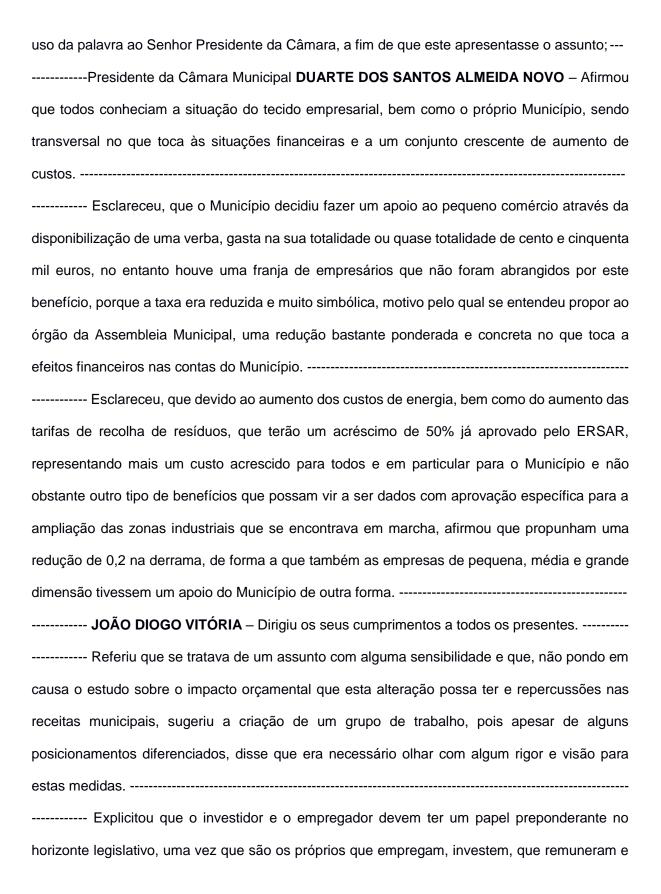
Assembleia e no entendimento do âmbito da Comissão Permanente, apresentou como candidato:
Luís Miguel Barros Ruivo
De seguida, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto <b>4.18 –</b>
Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de
Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da alínea d) do nº
1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei nº
41/2003, de 22 de agosto, tendo havido duas inscrições para o efeito
ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – Afirmou que foi decidido por entendimento
da Comissão Permanente e proposta subscrita pelos líderes de bancada com assento na
Assembleia, apresentar Simão Moreira Vela para integrar o Conselho Municipal de Educação
De seguida, procedeu-se à apresentação das listas ou candidatos para o ponto <b>4.19</b> –
Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Assembleia Distrital, nos termos da
alínea b) do artigo 2º da Lei nº 36/2014, de 26 de junho, tendo havido uma inscrição para o
alínea b) do artigo 2º da Lei nº 36/2014, de 26 de junho, tendo havido uma inscrição para o efeito.
efeito
efeito. ————————————————————————————————————
efeito. ————————————————————————————————————

Solicitou aos Membros quer da Câmara, quer da Assembleia, que ocupassem os seus
lugares para serem retomados os trabalhos
Reforçou que para cada um dos pontos existia uma urna de voto devidamente
identificada, bem como boletins de voto diferenciados por cor, no entanto deu nota que alguns
membros da Mesa iriam estar a acompanhar a colocação do voto para que não houvesse
enganos
Solicitou, ainda, ao primeiro secretário para proceder à chamada dos senhores membros
da Assembleia, para iniciar a votação
Concluído o período de votação e depois de apurados os resultados, foi deliberado:
No Ponto 4.13 - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e de um
substituto também Presidente de Junta, como representante das Juntas de Freguesia,
para efeitos de inscrição como delegados nos Congressos da A.N.M.P., aprovar a Lista A,
com 24 Votos a Favor e 1 Abstenção, ficando designado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia
da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, Acílio dos Santos Ferreira como
representante das Juntas de Freguesia nos Congressos da A.N.M.P. e como substituto daquele,
o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oiã, Bruno Filipe Teixeira Seabra
No Ponto 4.14 - Nomeação de representante para integrar o Conselho da
Comunidade do ACeS Baixo Vouga, nos termos do artº 31º do Decreto-Lei nº 253/2012, 27
de novembro, aprovar a Lista B, com 13 Votos a Favor, em detrimento da Lista A com 12 Votos
a Favor, ficando designada Miriam Zulay Pereira Ferreira, como representante para integrar o
Conselho da Comunidade do ACeS Baixo Vouga
No Ponto <b>4.15 – Eleição dos Membros para integrar a Assembleia Intermunicipal</b>
da CIRA, nos termos do artº 83º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foram
Apurados 9 Votos na Lista A e 12 Votos na Lista B. Pela aplicação do método de Hondt, foram
eleitos representantes na Assembleia Intermunicipal da CIRA, André de Campos Silvestre





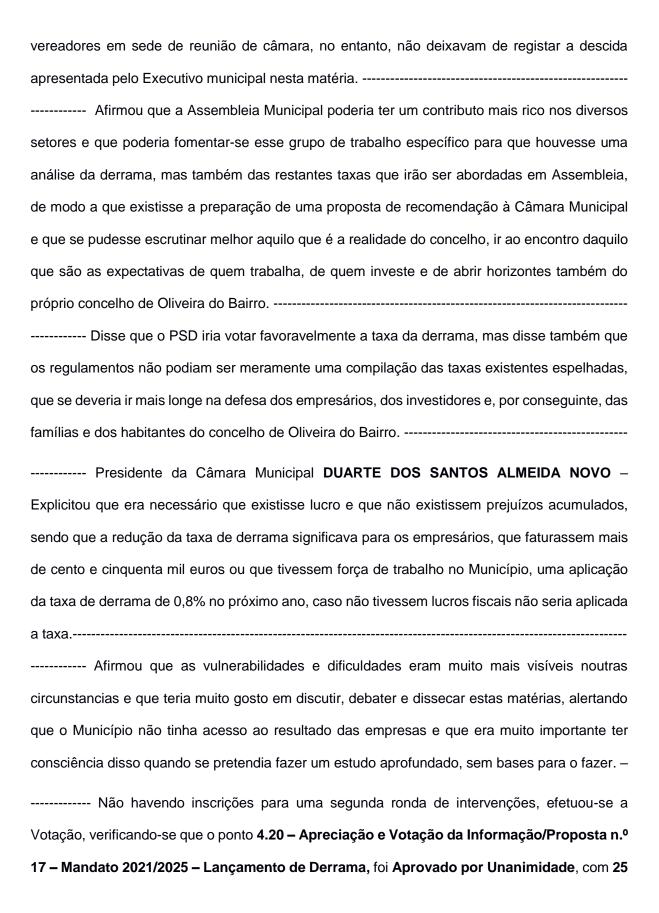






criam liquidez para que haja uma circulação na economia local. Afirmou que esse era motivo pelo qual essas figuras deviam ser analisadas individualmente, quer seja pelo impacto que a pandemia teve na sua atividade, quer seja pelo seu CAE, pelo número de postos criados de trabalho com especial enfoque para os assalariados e prestadores de serviços do Município, quer ----- Disse que as percentagens de aplicação propostas não deviam ter um caráter tão abrangente e indiscriminado, devendo ser feito um estudo pormenorizado, detalhado e aproximado das realidades latentes, bem como do impacto que a sua fixação no Município iria gerar para a economia local. ------------ ANA RITA FERREIRA DE JESUS – Esclareceu que a proposta do executivo era aplicar um decréscimo na derrama de 1% para 0,8%, sendo o limite máximo de 1,5%. ------------- Explicitou que Oliveira do Bairro se iria posicionar numa linha muito abaixo do que se encontrava a ser cobrado nos Municípios limítrofes, para além de ser também proposta a manutenção da taxa reduzida de 0,1% para as empresas com um volume de negócios que não tenha ultrapassado os cento e cinquenta mil euros no ano anterior, diferenciando o Município ----- Referiu que as empresas de menor dimensão e as que se encontravam ainda numa fase inicial e de arranque de atividade necessitavam desse pequeno empurrão, muito significativo na sua área de atividade. Afirmou que a diminuição gradual que se tem assistido nos últimos anos da gestão do CDS, optando pela diminuição das taxas e mesmo fora da época eleitoralista, demarca a estratégia de estar ao lado das empresas e do tecido empresarial de Oliveira do Bairro. ------ ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – Explicitou que existiam um conjunto de vulnerabilidade que não estavam a ser acauteladas pelo executivo municipal e que dessas vulnerabilidades podiam ser perspetivadas essencialmente potencialidades. No que o lançamento da derrama diz respeito, disse que subscreviam na íntegra a posição detida pelos



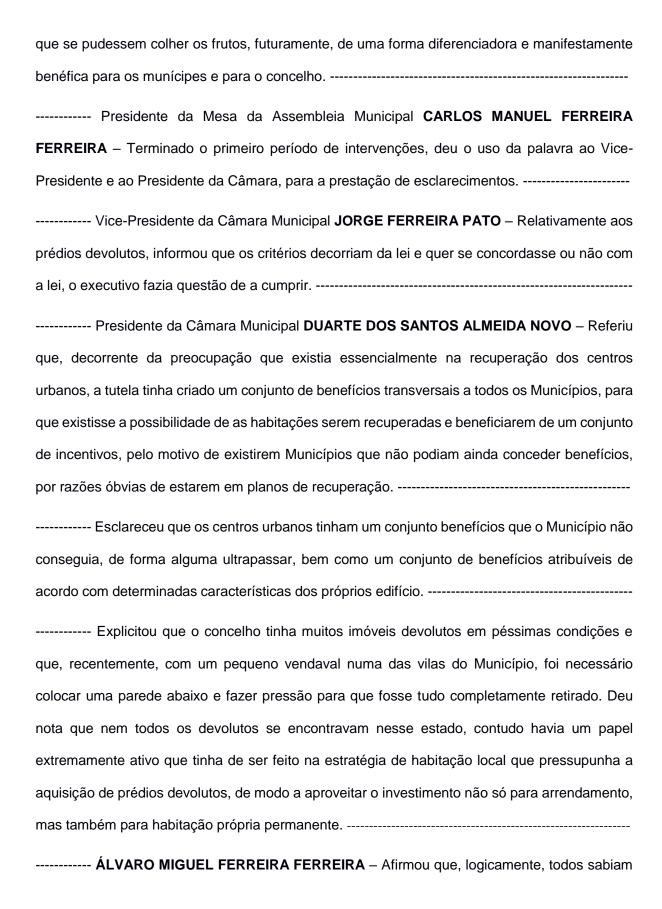


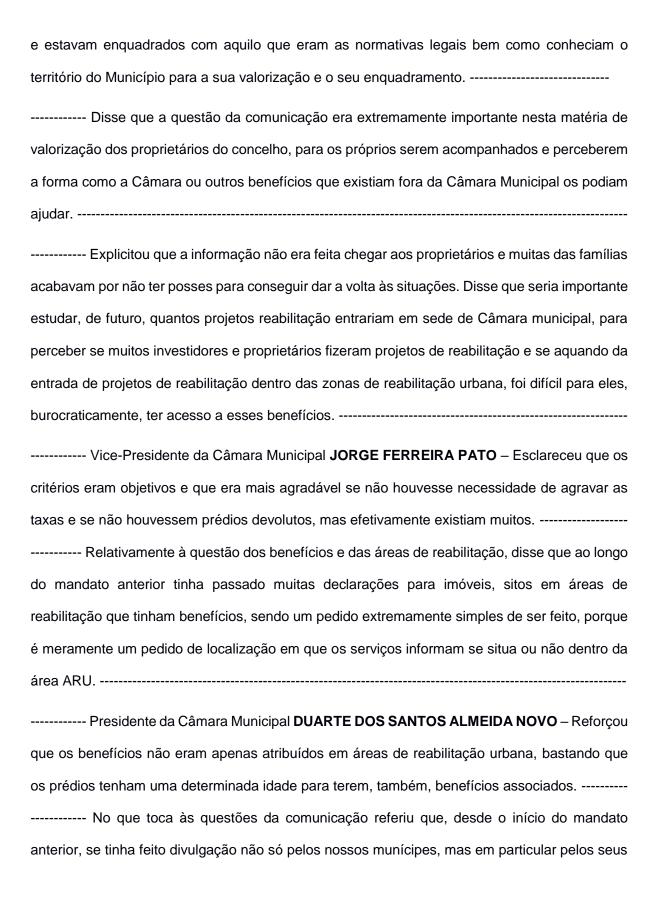
Votos a Favor
Seguidamente, deu-se início ao ponto <b>4.21 – Apreciação e Votação da</b>
Informação/Proposta n.º 18 - Mandato 2021/2025 - Imposto Municipal de Imóveis - IMI,
sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse
o assunto;
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> -
Esclareceu que o Município tinha a sua taxa de IMI no mínimo, com os benefícios máximos no
que toca à matéria de agregado familiar e que tem desenvolvido um trabalho muito objetivo no
que toca a imóveis devolutos, estando empenhado, juntamente com os proprietários, em dar um
destino a esses imóveis
Afirmou que era do conhecimento público, que o Município se encontrava a preparar
para realizar investimento na área da habitação e desafiar os proprietários a dar utilidade aos
imóveis de segunda ou terceira habitação, passando a ficar ocupados através de fundos
devidamente anunciados e promovidos pelo Ministro das Infraestruturas, no âmbito do PRR
Referiu que o Município em diversas circunstâncias, tem tido um papel bastante ativo
no apoio, não só às empresas, mas também às suas famílias
Deu uma última nota relativamente às ampliações das zonas industriais, dizendo que o
executivo estaria preparado, para nesse e noutros casos, ter um papel bastante ativo no que toca
às empresas, na sua expansão e instalação
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA - Questionou os membros sobre quem estaria interessado em participar na
discussão do assunto, tendo havido uma inscrição
JOÃO DIOGO VITÓRIA - Reportando-se à matéria de IMI, nomeadamente à
majoração dos prédios devolutos, referiu que não houve o impacto expectável aquando da
aplicação da lei, pelo facto de os critérios legalmente estabelecidos para a sua determinação e
aplicação configurarem uma falta de visão e análise de terreno, exemplificando que o Município



não deveria penalizar o titular de um imóvel que serve de base de apoio a propriedade agrícola
somente porque não tinha contrato de fornecimento de água e luz, tendo assim o seu IMI
majorado
Disse que o objetivo de incentivar os proprietários dos prédios devolutos a reabilitar e
a investir, não deveria ser realizado através da sanção tributária, sendo mais proveitoso a criação
e a compilação de benefícios fiscais impactantes e motivadores, quer seja em sede de isenção
de taxas, de simplificação de processos de licenciamentos ou através da atribuição de isenção
de IMI
Referiu que os elevados preços cobrados, o elevado custo e escassez de materiais, a
taxa de 28% de IRS, bem como o custo e a morosidade, associados a um processo de despejo
com elevados prejuízos para o próprio senhorio, demovia qualquer pessoa de proceder à
reabilitação para oferecer habitações ao mercado de arrendamento
Afirmou que o incentivo ao investimento, a criação de isenções e benefícios poderia
gerar menos receita no presente, contudo que se deveria apostar em criação de medidas a longo
prazo, medidas incentivadoras e atrativas ao investimento e à reabilitação urbana que
pressupunham uma reavaliação do seu VPT após a sua conclusão, sendo este fixado em valores
manifestamente superiores, o que teria um impacto para as receitas muito superior a longo prazo,
permitindo uma oferta de habitação digna e aliciante para os munícipes
Explicitou que, em contrapartidas das benesses, o investidor deveria, caso não c
fizesse pela sua própria mão, adjudicar às empresas e prestadores de serviços locais, deveria
comprar matérias e materiais aos comerciantes locais e deveria recorrer a todas as prestações
de serviços e profissionais do Município, fazendo assim aumentar o fluxo de economia circular e
a criação de riqueza local
Disse que era necessário mudar, em conjunto, a perspetiva de encaixe de receitas a
curto prazo pelo Governo, rogando para que as medidas pudessem ser tomadas brevemente e



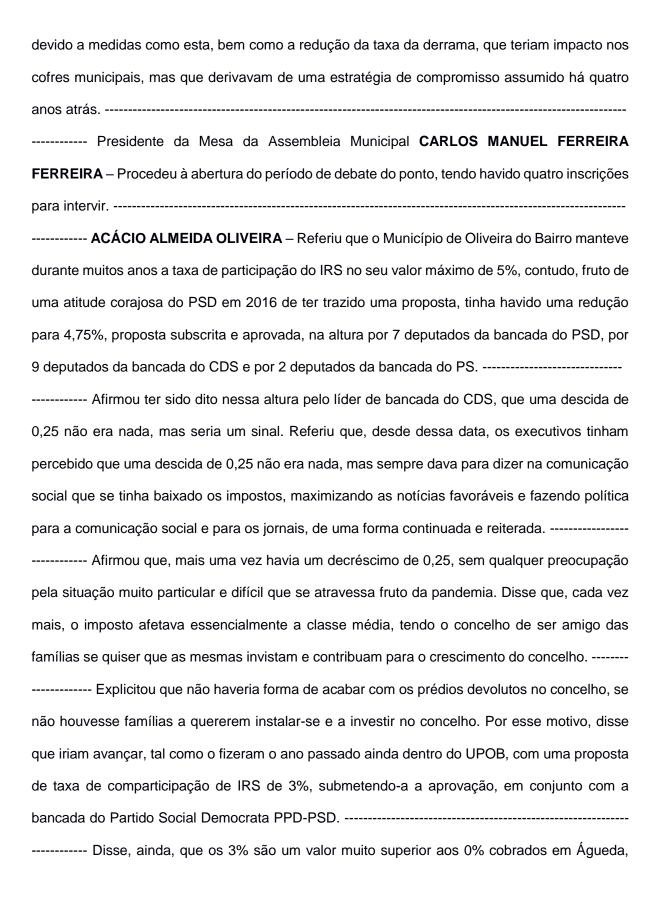






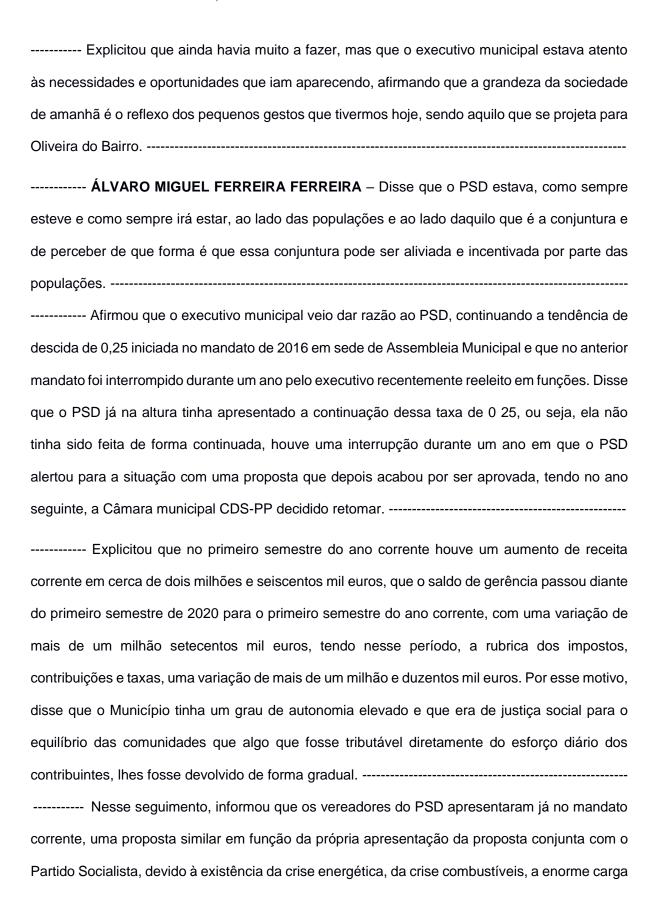
empresários que trabalhavam na área de construção, de forma a que pudessem fazer chegar
isso aos seus clientes, uma vez que uma taxa de IVA reduzido em detrimento uma taxa de 23%
tem muito significado quando se fatura, bem como reduções de IMI e transações de IMT, além
de várias diligências de esclarecimento que têm sido prestadas quando as pessoas contactam o
Município
Afirmou que era dado a conhecer aos proprietários a estratégia de aquisição de imóveis,
nomeadamente para convertê-los e requalificá-los, destinado também às pessoas que tenham
mais dificuldades em fazer essa recuperação e até de acordo com uma estratégia amplamente
distribuída por todo o concelho de reequilíbrio, no que toca ao crescimento populacional de todo
o Município
Efetuada a Votação, verificou-se que o ponto <b>4.21 – Apreciação e Votação da</b>
Informação/Proposta n.º 18 – Mandato 2021/2025 – Imposto Municipal de Imóveis – IMI, foi
Aprovado por Unanimidade, com 25 Votos a Favor
Aprovado por onaminadao, com 20 votos a ravor.
De seguida, deu-se início ao ponto <b>4.22 – Apreciação e Votação da</b>
De seguida, deu-se início ao ponto <b>4.22 – Apreciação e Votação da</b>
De seguida, deu-se início ao ponto <b>4.22 – Apreciação e Votação da</b> Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S., sendo
De seguida, deu-se início ao ponto <b>4.22 – Apreciação e Votação da</b> Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S., sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o
De seguida, deu-se início ao ponto <b>4.22 – Apreciação e Votação da</b> Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S., sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o assunto;
De seguida, deu-se início ao ponto 4.22 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S., sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o assunto;
Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S., sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o assunto; ————————————————————————————————————
Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S., sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o assunto;
Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S., sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o assunto; ————————————————————————————————————
Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S., sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de que este apresentasse o assunto;  ———————————————————————————————————







mas ficava em igualdade com a taxa cobrada em Anadia
Assim, deixou uma proposta à Mesa, subscrita pelos dois líderes de bancada para ser
discutida e aprovada
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – Informou que existiam, de momento, duas propostas e que deixaria concluir a ronda
de intervenções para, posteriormente, abrir um período de discussão da proposta apresentada
pelas duas bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata
ANA RITA FERREIRA DE JESUS - Afirmou que a taxa máxima de participação
variável de 5% tem vindo a ser gradual e sustentadamente diminuída desde 2017, até aos 3,75%
que se trazia neste momento para aprovação em Assembleia
Esclareceu que as reduções na receita não podiam ser tomadas apenas pelo seu
populismo e pelo simples agrado, era necessário acautelar na despesa e no investimento aquilo
que se teria de reorganizar e abdicar. Disse que o executivo se preparou estrategicamente para
a redução proposta com a reorganização de serviços, acautelou custos crescentes com material
e serviços, custos com a energia e os ajustes necessários que tinham de ser avaliados e que
tinham de ser feitos face à diminuição das transferências de valores do estado central para o
Município
Disse que tinha de ser feito um acompanhamento gradual e contínuo para não
desequilibrar as contas, evitando assim, situações de défice que pudessem prejudicar a atuação
da Câmara Municipal nas suas áreas de intervenção, que no ano de 2022 serão reforçadas com
a assunção das competências no processo de descentralização
Referiu que a taxa proposta a votação pelo executivo era um sinal de confiança e do
expressivo apoio às famílias e às empresas de Oliveira do Bairro e que, atualmente, o concelho
estava cada vez mais alinhado e a caminhar para uma diferenciação positiva relativamente aos
Municípios da CIRA, permitindo fixar famílias e empresas



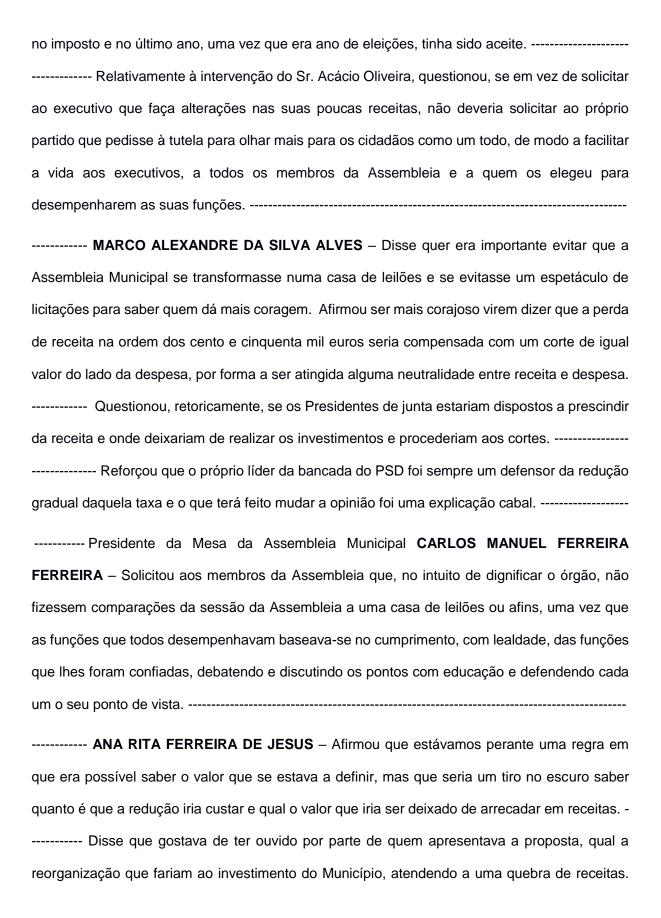
fiscal existente e ao aumento considerável dos custos de vida
Referiu que era de enorme solidariedade que o executivo municipal tivesse aumentado
a percentagem de descida na participação da taxa, tendo em consideração que na conjuntura
económica da Câmara Municipal, a perda de valor retido pela mesma não era assim tão relevante
para os propósitos a que se tinham direcionado na gestão do território, designadamente uma
descida total de 1% correspondente a uma diminuição de coleta para o Município em cerca de
cento e vinte e cinco euros, diferia em cerca de 90.000 euros da proposta aprovada em reunião
de câmara pela maioria liderada pelo CDS-PP
Disse que era tempo de repor aquilo que não foi tido em consideração em sede de
reunião de Câmara Municipal, votando contra a proposta apresentada pelo executivo municipal
e apresentando a proposta que foi assinada em conjunto com o Partido Socialista
JOÃO DIOGO VITÓRIA – Reportando-se à matéria de IRS, explicitou que embora
algumas pessoas dissessem que a presente medida iria ter um reduzido impacto nas
contribuições da maioria dos munícipes, isso não era de todo verdade, uma vez que o IRS era
um dos impostos que mais condicionava o rendimento líquido dos munícipes em matéria de
rendimento, seja em sede de rendimento de trabalho ou patrimonial
Disse que, em virtude do conturbado período económico pós-pandémico vivido e à
impreterível necessidade de investimento, urgia um alívio fiscal das famílias e dos investidores
no concelho, tornando-se numa medida vital para contribuintes e para a economia local
Afirmou que era necessário que o Município se tornasse tributariamente apetecível para
os investidores e para possíveis novos habitantes e empresários, tornando-se diferenciador face
às circunstâncias e devendo para isso, instituir medidas com um caráter de longo prazo
MARCO ALEXANDRE DA SILVA ALVES – Dirigiu os seus cumprimentos a todos os
presentes
Afirmou que a taxa participação de IRS e os vários instrumentos que permitiam que



cada Município decidisse o montante de receita pública necessária para fazer face à despesa pública e a necessária margem de manobra na política fiscal a seguir através da dedução à coleta do IRS, estimulava a competitividade de cada um dos Municípios. --------------------- Explicitou que o executivo tem pautado toda a sua atuação desde a primeira hora por uma postura equilibrada, prudente, sensata e sustentável das contas públicas, tendo vindo gradualmente a reduzir a taxa de participação e aumentando, consequentemente, a taxa de adoção, acomodando a eventual quebra de receita por um lado, e desonerando os munícipes por outro. ----------- Concluiu, dizendo que votaria favorável a proposta apresentada pelo Município quanto à alteração da taxa e que seria acompanhado por toda a bancada do CDS. ---------------- Presidente da Câmara Municipal DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO -Começou por esclarecer que Oliveira do Bairro cresceu em população, não percebendo o discurso de que o Município não era atrativo, tendo em consideração que nenhum dos Municípios à volta, à exceção do Município de Vagos tinha aumentado a população. --------------- Esclareceu que o Município tem pago os livros de fichas aos alunos, um apoio claro às famílias, quer às famílias mais carenciadas, quer às menos carenciada e que tinham feito um trabalho que não está ao alcance de muitos, não só com as famílias, mas também com as ------ Referiu que, ao nível da educação e no que diz respeito às AECs, tinha sido decisão do executivo gastarem o dobro relativamente àquilo que eram as comparticipações da tutela, indo de encontro à política requerida para as famílias do concelho. Questionou se chegassem com 10 ou doze euros ao pé das famílias, iria tornar mais atrativo ou não o concelho. Referiu também que tem sido aprovado um leque de apoios e que só o valor dado em livros de fichas ultrapassava ------ Afirmou que quando era proposto algo, devia-se medir tudo e que a proposta de decréscimo da participação de IRS em 0.25 não era eleitoralismo, mas sim fazer de uma forma

clara e evidente a cautela de gestão
Disse que todos os membros deveriam olhar para o relatório da auditoria, preocupando-
se em analisar o ano todo anterior e não apenas o período homólogo, de modo a existir um bom
comparativo para todos
Explicitou que o saldo de gerência do Município era fruto da boa concretização de fundos
comunitários, do prémio das PARU's, do acréscimo da Fernando Peixinho, inclusive tendo sido
devolvido o valor que não se estava a contar no total, com o financiamento do Banco Europeu,
bem como o acréscimo na Unidade de Saúde da Palhaça. Referiu que não houveram apenas
receitas correntes, existindo investimento em obras e infraestruturas e desafiou todos a pensar,
quantos Municípios ao redor de Oliveira do Bairro arriscaram a investir em saúde como o
Município de Oliveira do Bairro
Desafiou todos os membros a pensar nas propostas do PSD em altura de crise
económica, quando houveram empresas com muitas dificuldades e que era de conhecimento
geral também, que muitas famílias tinham emigrado e disse que talvez fosse esse o motivo para
a existência de tantas casas devolutas no Município
FERREIRA – Abriu o período de debate e discussão da proposta de alteração apresentada pelas
bancadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, tendo havido cinco inscrições
para o efeito
ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS — Dirigiu os seus cumprimentos a
todos os presentes
Referiu ter ficado estupefacto com a proposta de descida tão radical do IRS, quando
era necessário que se atuasse passo a passo e de forma comedida nesta questão. Referiu não
compreender como estavam a contrariar tudo aquilo que o Presidente de Câmara anterior tinha
lutado, em que nos três primeiros anos do mandato, o CDS tinha batalhado para que se mexesse







Disse que parecia que o concelho estava em saldos, que desafiava realmente a que dissessem onde se fariam os cortes e que lhe diriam em festas. Questionou se eram consideradas festas a promoção de eventos na Bairrada, dos caminhos pedestres, da natureza, da cultura do Município, da música, da Cerâmica Rocha e todo o investimento na cultura. ------------------------ Manifestou que gostaria também de saber que como é que o Município, dentro de todos os cortes, iria justificar um acréscimo de despesas que já foi falado pelo Senhor Presidente, com as taxas de resíduos, a questão da eletricidade e as novas competências que irão ser ------ Questionou, ainda, se os cortes iriam ser feitos nas unidades de saúde familiar que ainda estavam por abrir, na educação, no apoio às famílias, nos livros, nas AECs, nas zonas industriais, na renovação que foi anunciada para o Centro Urbano de Bustos e para Oiã, no apoio às associações, às IPSS ou na rede viária. Alertou que todas essas áreas poderiam ser afetadas e que era importante terem a coragem de dizer o que iria deixar de ser feito com a quebra de receitas, uma vez que a quebra de receitas tinha de ser um ato bem pensado e bem explanado, o que não tinha ocorrido porque só disseram que iriam baixar para os 3%. ------------------------- ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – Começou por dizer que a Assembleia era o fórum máximo de discussão política da realidade local que sintetiza tudo que são as ansiedades, tudo aquilo que é palpável diariamente na vida das pessoas e que é debatido por ----- Confessou ter-se excedido em função do tom com que foram dirigidas palavras aos Presidentes de junta de freguesias lideradas pelo PSD, coisa que nunca tinha assistido apesar de lutar pela sobrevivência política. Disse ter registado as intervenções que foram feitas pelos colegas membros do CDS e também pelo nosso Presidente da Câmara Municipal, sendo prática corrente, sempre que o PSD vem à Assembleia apresentar propostas concretas e falar de forma sustentada daquilo que a população anseia, o CDS diaboliza o passado do PSD, dizendo que naqueles anos todos, o PSD teve a culpa de tudo e mais uma coisa, tal como tinham feito com a



agregação das freguesias e associando tudo o que é bom ao CDS-PP e tudo o que é mau o ----- Disse que tudo muda consoante aquilo que são as ações do tempo e que quem não mudava, não valorizava realmente aquilo que acontecia na sua envolvência, mas o PSD valorizava. Afirmou que a postura do PSD neste mandato era muito simples e não tinha de exigir rigorosamente nada, tendo apenas de dialogar, falar e fazer política, porque se quisessem fazer política, tinham obrigatoriamente que falar com o Partido Social Democrata. ------------ Explicitou que a valorização que foi feita relativamente aos livros de fichas veio a dar razão ao PSD, uma vez que tinha sido implementado a nível da Junta de freguesia que começou com esse trabalho e a Câmara Municipal decidiu ampliar a nível municipal. ---------------------- Afirmou que as propostas eram concretas, que tinha falado em valores na sua intervenção anterior, que a coragem estava em assumir rasgos no horizonte e de estar ao lado dos munícipes, algo que o PSD nunca iria abdicar, assumindo a sua posição. Disse que iriam registar todos os tons ditos em relação aos membros que defendiam de grande forma aquilo que são os interesses dos munícipes, porque da mesma forma que o executivo municipal recebia prémios e era reconhecido na execução dos seus projetos, não teria dificuldade nenhuma em gerir a descida apresentada pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata de 1%. --------- ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA - Disse que o executivo se pautava pelo habitual, de se fazerem as coisas dentro da mesma lentidão e do mesmo propósito que sempre foi feito, que era necessário mudar um bocadinho esse paradigma, sendo que quem tinha de fazer as contas doravante, se a proposta fosse aprovada, não era a Assembleia. ------------------------ Referiu as dificuldades que estavam a ser enfrentadas pelas famílias da classe média e que tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara que o Município tinha uma capacidade enorme de endividamento e uma saúde fantástica a nível financeiro. Assim, explicitou que era necessário dividir, repartir e colocar as peças do puzzle no seu lugar, de modo a que fossem metódicos e objetivos com aqueles que têm sido os mais sacrificados nas famílias de classe

média
Disse que não gostava que se falasse em partidos, explicitou que o Partido Socialista
não era um partido do governo, uma vez que o governo integrava inclusivamente pessoas que
não estavam relacionadas com o Partido Socialista e que eram pessoas independentes e
pessoas que até pertenceram a outros partidos políticos. Disse que todos tinham o direito e o
dever de respeitar aquilo que é a Assembleia da República, as suas decisões e que em nada
estava relacionado com o Governo que, tal como o Executivo, tinha de respeitar as decisões da
Assembleia Municipal
Esclareceu que o Partido Socialista dava o seu contributo, porque tinha mais
percentagem e mais votos e que as eleições legislativas iriam ocorrer brevemente para se
constatar quem iria governar, quem tivesse mais votos ou quem fizesse coligações e
geringonças, tendo dito que até o executivo municipal de Oliveira do Bairro já tinha feito a
geringonça
Afirmou que os elementos da bancada do Partido Socialista, corroborando o bom
senso, não foi de ânimo leve que faziam a proposta 0,75% abaixo, refletindo a exatidão daquilo
que pode e deve ser para benefício de todas as famílias do concelho e do país
Disse que os fundos não eram fundos do Executivo, eram fundos que vinham dos
impostos e do Governo, sendo uma questão de boa gestão e um desafio que se estava a ser
lançado para ser aceite com humildade e sensatez, porque as pessoas estavam à espera de
melhorar a sua qualidade de vida, tendo o executivo de se ajustar à realidade daquilo que fosse
votado, criando um concelho mais atrativo, com mais pessoas a viver e trabalhar dentro do
mesmo
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> -
Começou por esclarecer que a grande geringonça que se passou foi com o UPOB, porque tinha
todos os partidos, de acordo com a vontade da população e com todo o respeito para isso
Reforçou que o Município cresceu a todos os níveis, quer em população, quer em

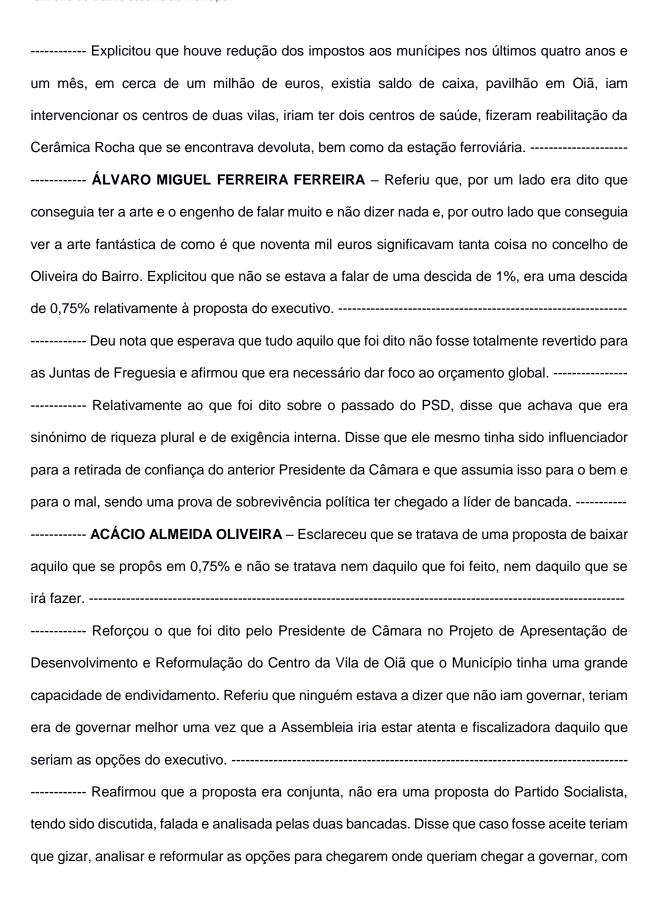


trabalhadores e que continuava a ser dito em Assembleia o contrário. Disse que era necessário ter consciência porque não se podia endividar o Município para pagar a despesa corrente e que era necessário ter em atenção as propostas que eram feitas e aquilo que era dito. Explicitou que o endividamento era para investimento e que era bom que não se tivesse de recorrer a isso para não endividar as gerações futuras. Esclareceu que, felizmente, o Município não tinha necessidade de recorrer ao endividamento e que era isso que ditava a boa gestão. -------------- Deu nota que o Município de Oliveira do Bairro deu passos largos, não só a nível de desenvolvimento nos últimos anos, que tinha estado presente numa feira na FIL, na SmartCity, onde foi com muito agrado que verificou que o Município de Oliveira do Bairro conseguia estar no patamar da frente no que toca às novas tecnologias, à utilização das novas modalidades, não só na modalidade suave, como também na recolha de resíduos porta-a-porta entre outras situações que demonstraram que o Município de Oliveira do Bairro não se encontrava atrasado. ------ Explicitou que a promoção no que toca ao turismo, trazia desenvolvimento para as cidades, que as atividades e programas que eram feitas no concelho de Oliveira do Bairro, em particular nas freguesias eram importantes para o Município, trazendo turistas, algo defendido também pelos senhores Presidentes de Junta. ----------- Afirmou que o deputado Álvaro Ferreira não tinha consequido dar resposta aos membros do CDS e que não era possível trabalhar assim, que era necessário trabalhar com ----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA – Abriu o segundo período de intervenções relativa à proposta de alteração de participação para 3%, tendo existido cinco inscrições para o efeito. ------------------------------------ ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL - Dirigiu os seus ------ Afirmou que quando tinha dito que 0,25% não era nada, mas era um sinal, estava a citar o Presidente da Câmara da altura. Referiu que o impacto do imposto era proporcional aos

rendimentos das pessoas
Disse que achava curiosa a proposta de descida de imposto do PS, subscrita pelo PSD
quando em Lisboa, ou aumentavam ou se recusavam a baixar impostos. Disse ainda que foi dito
que era necessário respeitar o PS porque tinha uma percentagem maior de votos no governo e
explicitou que no caso de Oliveira do Bairro quem tinha mais votos era o CDS-PP, solicitando
que deixassem governar
Explicitou que estava a ser dado aos munícipes uma redução que queriam triplicar e
disse que gostaria de saber quanto é que a redução de 1% iria custar ao Município. Recordou
que foi dado, legitimamente, quase o dobro àqueles que realmente necessitavam em Oliveira do
Bairro. Referiu que foi dado apoio ao comércio local através de vales para as famílias, bem como
vales aos munícipes com mais de sessenta e cinco anos, foi dado apoio aos empresários em
nome individual e aos seus funcionários
Disse que o PSD apresentava propostas e dava voz a parte da população que votou
mas tinha sido o CDS a vencer as eleições e que necessitava que os deixassem governar. Disse
recordar-se que a medida em causa surgiu a meio do mandato do PPD-PSD e que tinha dito
várias vezes em Assembleia que era necessário baixar, tendo o CDS sido coerente e mantido
esse sinal de descida todos os anos de 0,25%
Deu nota que a Assembleia, de facto tinha poder para alterar propostas, mas c
executivo era responsável por governar, era importante perceber onde se iria cortar com a
descida proposta
Reportando-se à questão dos Presidentes de Junta, afirmou que os mesmos tinham
um papel diferente de toda a Assembleia Municipal, representando as suas freguesias
Questionou aos Presidentes de junta se a baixa de 1% no IRS e a baixa consequente para
investimento e para despesa era feita nos melhores interesses de cada uma das suas freguesias
Disse para todos refletirem se a quebra da receita de IRS de 1% seria realmente
comparável com o benefício que era dado aos bolsos dos munícipes. Esclareceu que a carga



fiscal estava alta para todos, fruto das taxas extraordinárias definidas em Lisboa, mesmo que a razão para serem extraordinárias se extinguisse, nomeadamente para a compensação da baixa do barril de Brent que se manteve mesmo após a sua subida. --------------------------- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA - Solicitou para que refletissem sobre o papel de imparcialidade da Mesa na discussão e na condução dos trabalhos, dizendo que, por muita vontade que tivesse para intervir não o iria fazer para garantir essa imparcialidade e independência da Mesa. ---------------------- Clarificou ainda, no seguimento da intervenção do membro da Assembleia André Chambel, que a proposta que chegou à mesa era uma proposta dos dois grupos municipais do PS e do PSD, não apenas do PS, subscrita ou com o apoio do PSD. --------------------- JOÃO DIOGO VITÓRIA - Referiu que, apesar de toda a componente histórica debatida, que certamente deixaria o professor Germano de Carvalho bastante orgulhoso, gostaria apenas de clarificar se as intervenções apresentadas pelos membros de bancada do CDS configuravam uma coação e uma tentativa de condicionamento do sentido de voto dos Presidentes de Junta. Disse que acreditava e esperava que o executivo não se revisse nessa ------ ANTÓNIO PEDRO MENDES DA SILVA CAMPOS – Afirmou que não existia a coação de ninguém, estava apenas a constatar-se o facto de que iria existir menos dinheiro para investir ----- Disse que também se poderia comparar o Município de Oliveira do Bairro com outros Municípios da região de Aveiro que mantinham a sua participação de IRS nos 5%. Referiu que ainda não tinha compreendido o motivo de a proposta ser de 3% e que aguardava a explicação, uma vez que o valor acrescentado aos bolsos dos munícipes em IRS não dava para um café por dia e aguardando pelas contas do Sr. Presidente, isso significaria cerca de cento e cinquenta mil euros para a câmara e para os vinte e três mil munícipes que viviam no concelho, o que se refletia em muito apoio social prestado, na compra de livros, comida, tablets, entre outros. --------



objetivos claros
Disse que não havia nenhuma geringonça na Assembleia e que iriam desempenhar as
funções de órgão fiscalizador a pensar no melhor das famílias de classe média, a mais penalizada
da sociedade. Afirmou que se estavam a ajudar as famílias com menos posses, no entanto
aqueles que tinham mais posses não podiam ser penalizados a pagar tudo, uma vez que o IRS
subia gradualmente de acordo com os rendimentos familiares
Deu nota que se estava perante uma situação cujo objetivo era fornecer contributo às
famílias de classe média que também tinham o seu direito de ser ajudadas, pelo que deveria
haver coerência
ANA RITA FERREIRA DE JESUS – Fez referência a um blog promovido por Tomás
Magalhães, com o nome Polariza-te que demonstrava que não havia favores nem contras nem
extremismos, explicitando que existiam sim maneiras diferentes de pensar. Referiu que não era
um bom argumento virem dizer que uns estavam a favor da população e outros contra, existiam
era formas diferentes de estar ao lado da população
Explicitou que tinha realizado muitas questões sobre qual seria a estratégia para o
Município e onde seriam os pontos cernes para se investir, para se cortar e se reestruturar, tendo
ouvido pouco de resposta. Concluiu, dizendo que o silêncio por vezes era ouro, mas outras vezes
soava a falta de firmeza
NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA — Dirigiu os seus
cumprimentos a todos os presentes
Começou por dar nota que o primeiro secretário tinha todo o direito e toda a legitimidade
de expressar as suas opiniões e até posições sobre as temáticas, no entanto não devia, na sua
opinião, fazer combate político, embora o fizesse com muita qualidade
Agradeceu, ao contrário dos seus colegas, todas as referências feitas aos Presidentes
de junta porque tinha deixado tudo muito claro



----- Reportando-se à referência feita pelo Presidente do Executivo Municipal em que tinha sido falado em doze euros, questionou se esses doze euros eram referidos a qual das situações e no caso da redução, que parte dos doze euros determinava o impacto. ----------------- Afirmou que tinham sido feitas referências ao Presidente do Executivo anterior relativamente a esta medida não ter impacto na vida das famílias e sendo assim, questionou porque é que o executivo tinha apresentado também uma proposta de redução, de deixar de entregar uma parte exígua. Explicitou que o argumento válido poderia ser que se o valor não fosse entregue individualmente, resolveria muito pouco ou quase nada da vida das pessoas, no entanto se o valor fosse agregado poderia ser aplicado especificamente, em algo que pudesse significar uma mais valia para todos, no entanto não tinha sido isso o proposto. ------------------------ Disse que se o valor tinha pouca relevância individualmente distribuído pelos munícipes, agregando-se nas mãos do Município, teria de ser definido o que seria feito a esse dinheiro especificamente, onde seria aplicado e em que local. Disse também que era curioso a verba não ser significativa, mas ao mesmo tempo dar para fazer uma quantidade indeterminável de investimentos. ------------ Referiu que o problema foi usar a palavra populista para descrever a proposta subscrita pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata, quando a proposta se baseava em transformar um valor pequeno num valor ligeiramente maior, ficando ainda assim pequeno ------------ Esclareceu que não havia geringonça nenhuma, nem do lado nem do outro, dizendo que não era necessário lembrar como era a lista do CDS para a Mesa da Assembleia Municipal, bem como a lista apresentada para a CIRA. Explicitou que o Partido Socialista tomou opções em função dos assuntos e daquilo que entendiam que era prioritário, esclarecendo que não havia ----- Disse que o executivo não podia fazer uma proposta de redução e depois dizer que não tinha impacto absolutamente nenhum, referindo ainda, que se o PS e o PSD não se tinham preparado, o CDS e o executivo também não. Reforçou que conseguiu ver mérito tanto na



proposta do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, bem como na proposta do
executivo e solicitou que fossem respeitadas todos as posições e opiniões de cada um
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – Deu nota que a Assembleia terminava às 24 horas e que iria pedir o prolongamento
por mais meia hora, até perfazer as 5 horas de funcionamento, no entanto a partir desse momento
seria necessário proceder à marcação de uma sessão extraordinária
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> -
Congratulou a bancada do PSD por uma liderança vir a ser nomeada por uma retirada de
confiança política e que esperava que a política melhorasse bastante
Reportando-se à intervenção do Membro da Assembleia Nuno Barata, disse não ter
compreendido qual era a sua posição na matéria, apenas tinha retirado que enquanto era líder
de bancada defendia que se mantivesse tudo igual e agora apresentava uma ideia
completamente diferente.
Disse que a bancada do PSD não tinha feito proposta nenhuma em termos de valores,
mas que relativamente à sua proposta conseguia explicitar, claramente, onde iriam investir.
Esclareceu que tinham sido apresentados, na semana anterior dois projetos onde se poderia
proceder à escolha de onde investir
Quanto à questão dos Presidentes de Junta, afirmou que o antigo Presidente de Junta
Manuel Augusto lhe tinha chegado a dizer que tinha reunido mais vezes com o executivo em 4
anos do que nos 12 anos anteriores. Esclareceu ainda que os Presidentes de Junta poderiam
dizer o contrário, se assim entendessem, sem qualquer tipo de coação, no entanto tinha tido uma
reunião, nesse próprio dia, com dois Presidentes de Junta sobre um assunto extremamente
específico através de uma conversa cordial e direta ao assunto, a pedido de um dos Presidentes
e com a presença de dois munícipes, dizendo que era a sua postura enquanto Presidente da
Câmara

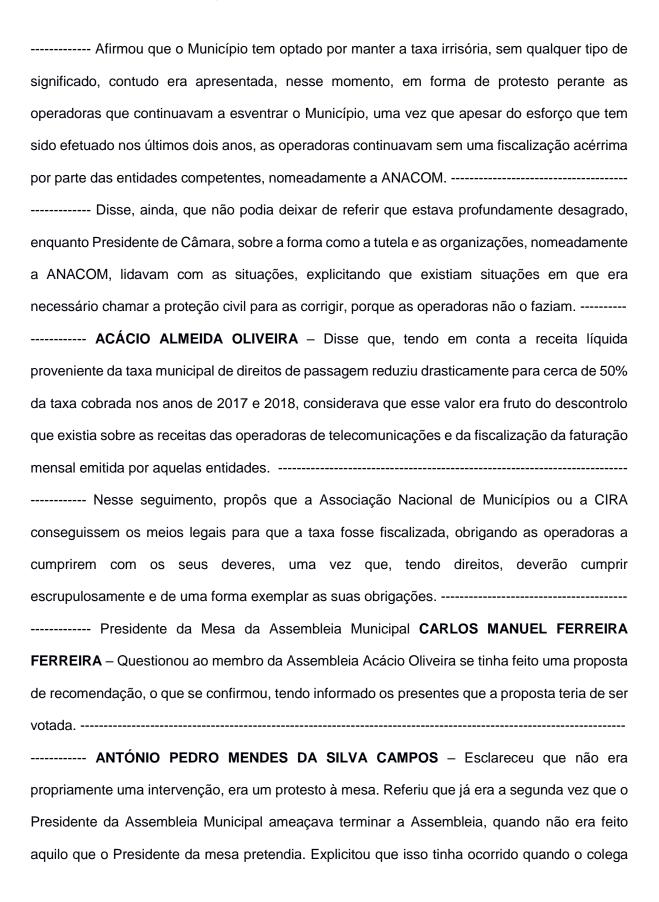


----- Disse ainda que já tinha sido Presidente de Junta e questionou se tinham conhecimento da forma como eram tratados os Presidentes de Junta pelo anterior Presidente de Câmara, e das expressões a que eram subjugados, tendo inclusive alguns membros da Assembleia estado presentes nessas reuniões. Afirmou que os Presidentes de Junta sabiam que tinham, no Presidente da Câmara, um aliado para trabalhar com eles e se entendessem de outra forma que ----- Explicitou que era fácil pegar no valor que era feito hipoteticamente de desconto, dividindo pelo número de pessoas, voltando posteriormente a dividir por um agregado médio de três pessoas, retirando aí uma grande franja de pessoas de rendimento médio. Esclareceu que era fácil fazer as contas. ----------- Esclarecendo o membro da Assembleia Acácio Oliveira, disse que tinha sido bem claro nos esclarecimentos, que foram feitas acusações de que o Município estava para trás, tendo sido dado resposta de onde o Município se encontrava, qual a estratégia e as suas opções, algo que não tinha sido feito pela outra parte. ----------- Explicitou que no último mandato do Sr. Mário João Oliveira, os Presidentes de Junta tinham que esperar uns pelos outros, se um se atrasasse a fazer um relatório, os outros não recebiam a transferência. Esclareceu que consigo, enquanto Presidente da Câmara, os Presidentes de Junta tinham passado a receber em duodécimos, sem qualquer tipo de falha. Disse ainda, que quando era decidido fazer um investimento, os Presidentes de Junta eram chamados para o assunto ser debatido com todos. ------------ Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA – Deu a palavra ao membro da Assembleia Nuno Barata para a apresentação de um Protesto. ----------- NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA - Disse que não iria usar a figura regimental para outra coisa que não o protesto, uma vez que até se encontravam limitados em termos de tempo. Referiu que tinha sido chamada a atenção por parte do Presidente



da Mesa da Assembleia ao líder da bancada do Partido Social Democrata porque tinha usado
linguagem imprópria. Explicitou que o executivo também tinha usado linguagem imprópria
quando se tinha referido ao anterior Presidente do executivo, devendo ter sido também chamado
a atenção para esse efeito
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – Deu nota que o protesto foi apresentado, ficando registado em ata da Assembleia
Municipal. Deu seguimento para a votação da proposta de alteração de 3,75% para 3%, de
acordo com o definido da lei. Explicitou que a Assembleia tinha a possibilidade de alterar a
proposta, sendo depois a própria proposta votada
Efetuada a votação, verificou-se que a <b>Proposta de Alteração à</b>
Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 de Participação de 3,75% para 3% de IRS,
foi Aprovada por Maioria, com 11 Votos Contra e 14 Votos a Favor
Votos Contra dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal CDS, Francisco
Oliveira, André Chambel, Ana Rita Jesus, Valdir Coimbra, António Campos, Elisabete Rei, José
Cotrim, Miriam Ferreira, Marco Alves, Acílio Ferreira e o Membro da Assembleia do Grupo
Municipal CHEGA Sónia Quintaneiro
Efetuada a votação da <b>Proposta Alterada da Informação/Proposta n.º 19 – Mandato</b>
2021/2025 de Participação de 3% de IRS, verificou-se que foi Aprovada por Maioria, com 10
Votos Contra, 4 Abstenções e 11 Votos a Favor
Votos Contra dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal CDS, Francisco
Oliveira, André Chambel, Ana Rita Jesus, Valdir Coimbra, António Campos, Elisabete Rei, José
Cotrim, Miriam Ferreira, Marco Alves e Acílio Ferreira
Abstenções dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal PSD Bruno Seabra,
Simão Vela e Luís Ruivo e do Membro da Assembleia do Grupo Municipal CHEGA Sónia
Quintaneiro

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIR
FERREIRA – Deu o uso da palavra ao membro da Assembleia Sónia Quintaneiro, para efeitos
de uma Declaração de Voto
SÓNIA DOS SANTOS QUINTANEIRO - Dirigiu os seus cumprimentos a todos os
presentes
Solicitou que pudesse fazer uma declaração de voto por escrito, que posteriormente
faria entregar à Mesa
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA - Deu permissão que assim fosse, dando seguimento para o ponto seguinte da
Ordem de Trabalhos
De seguida, deu-se início ao ponto <b>4.23 – Apreciação e Votação da</b>
Informação/Proposta n.º 20 - Mandato 2021/2025 - Taxa Municipal de Direitos de
Passagem – T.M.D.P., sendo dado o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a fim de
que este apresentasse o assunto;
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
<b>FERREIRA</b> – Solicitou ao Presidente da Câmara que fizesse uma apresentação curta
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> – Disse
que ou fazia a apresentação dentro daquilo que era a política, ou então não dizia nada
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA - Afirmou, que se entendesse, podiam dar-se como concluídos os trabalhos de
imediato e marcar uma nova sessão extraordinária. Esclareceu que só estava a pedir para agilizar
o tempo na sua intervenção, por forma a garantir que os trabalhos se pudessem concluir durante
a reunião
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> – Referiu
que, como em tudo, deveria ser respeitado o direito do Presidente da Câmara em expor os
assuntos, tal como respeitava os desenvolvimentos da Assembleia

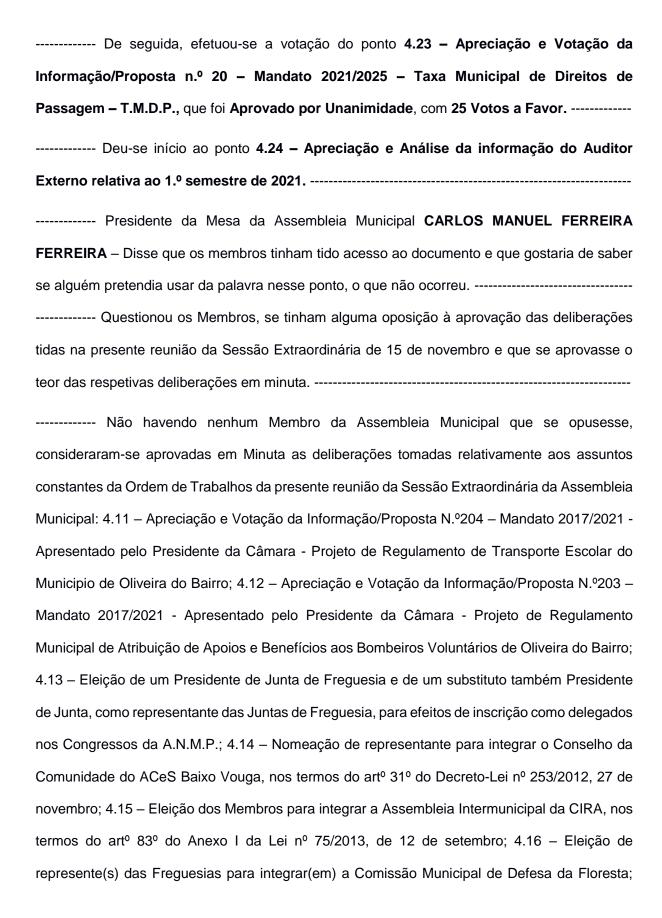




José Cotrim tentou que cumprissem a lei e mais recentemente, a tentativa de condicionar o tempo
do Presidente da Câmara. Disse que isso não era rigor nem democracia
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – Solicitou que fosse efetuada, novamente, a leitura da proposta de recomendação
do membro da Assembleia Acácio Oliveira, a pedido dos membros da Assembleia, para
posteriormente procederem à votação
ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA - Solicitou que tivessem um bocadinho mais de
atenção
Procedeu-se à transcrição da proposta na sua integra
"Tendo em conta que a receita líquida proveniente da Taxa Municipal de Direitos de
Passagem reduziu para cerca de 50% da cobrada nos anos de 2017 e 2018, consideramos que
este valor é fruto do descontrolo que existe sobre as receitas das operadoras de
telecomunicações e a fiscalização de faturação mensal emitida por aquelas entidades. Assim
sendo, propomos aqui que a Associação Nacional de Municípios ou a CIRA consigam os meios
legais para que esta taxa seja fiscalizada e obrigando as Operadoras a cumprirem os seus
deveres, uma vez que, tendo direitos, devem cumprir escrupulosamente e de uma forma
exemplar, as suas obrigações."
ANA RITA FERREIRA DE JESUS – Disse que não tinha compreendido a insinuação
e o incómodo de ter vindo ler, devido aos membros não terem tomado atenção. Explicitou que se
estava a falar de uma proposta de recomendação colocada à Mesa para votação, que fazia todo
o sentido ser voltada a ler para que fosse analisada, não por motivo de falta de atenção
ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA – Pediu desculpa se o pedido de atenção tinha ferido a
sua suscetibilidade ou de alguém que estivesse presente, dado que não o ter feito com qualquer
propósito de ofensa, tendo sido apenas um pedido de atenção à proposta
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – Deu nota que era meia noite e que segundo o Regimento tinham a limitação da



não excedência das cinco horas. Disse que ainda faltava a discussão de um ponto e que
necessitava de uma deliberação da própria Assembleia, passando a palavra aos lideres de
bancada que decidissem inscrever-se para o efeito
CAROLINA MARTINS RIBEIRO - Afirmou que concordava com a continuação da
Assembleia, se assim fosse a opinião de toda a Assembleia
ÁLVARO MIGUEL FERREIRA FERREIRA – Referiu que reforçava o que foi dito na
primeira reunião da sessão da Assembleia, quando foi decidido o prolongamento para uma
próxima reunião e uma vez que faltava pouco tempo para as 5 horas, solicitou que fosse
aproveitado bem o tempo para concluir os trabalhos ainda nesse dia, em função da solidariedade
com os prazos que a Câmara Municipal também precisava de cumprir
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal CARLOS MANUEL FERREIRA
FERREIRA – Não havendo ninguém a opor-se ao prolongamento da Assembleia, disse que iria
dar-se um prolongamento por mais meia hora de ação, por forma a garantir a conclusão da
reunião
Deu a palavra ao Presidente da Câmara para a prestação de esclarecimentos.
Presidente da Câmara Municipal <b>DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO</b> – Afirmou
que não tinha ouvido nenhuma questão e por isso, não tinha nada a dizer, agradecendo a
oportunidade para o uso da palavra
Concluído o debate do ponto, foi colocada a votação a Proposta de Recomendação
subscrita pelo membro da Assembleia Municipal Acácio Oliveira, verificando-se que foi
Aprovada por Maioria, com 1 Voto Contra, 10 Abstenções e 14 Votos a Favor
Voto Contra do Membro da Assembleia do Grupo Municipal CDS André Chambel
Abstenções dos Membros da Assembleia do Grupo Municipal CDS, Francisco Oliveira,
Ana Rita Jesus, Valdir Coimbra, António Campos, Elisabete Rei, José Cotrim, Miriam Ferreira,
Marco Alves e Acílio Ferreira e do Membro da Assembleia do Grupo Municipal CHEGA Sónia
Quintaneiro





4.17 – Eleição de um autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, nos termos e por força da alínea e) do nº 2, do artigo 157º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto, na sua atual redação; 4.18 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das Freguesias do Concelho, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto; 4.19 – Eleição de um Presidente de Junta para integrar a Assembleia Distrital, nos termos da alínea b) do artigo 2º da Lei nº 36/2014, de 26 de junho; 4.20 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 17 – Mandato 2021/2025 – Lançamento de Derrama; 4.21 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 18 – Mandato 2021/2025 Imposto Municipal de Imóveis – IMI; 4.22 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 19 – Mandato 2021/2025 – Participação de 3,75% no I.R.S; 4.23 – Apreciação e Votação da Informação/Proposta n.º 20 - Mandato 2021/2025 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem -T.M.D.P. e 4.24 – Apreciação e Análise da informação do Auditor Externo relativa ao 1.º semestre de 2021. ----------- Concluída a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, pelas vinte e quatro horas, deu por encerrada a presente Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata, que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e